

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis intermediárias em
31 de março de 2025**

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS.....	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	15
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	16
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	18
9	PARTES RELACIONADAS.....	18
10	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	21
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	23
12	INTANGÍVEL.....	23
13	ATIVOS DE CONTRATO	24
14	FORNECEDORES	25
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
16	DEBÊNTURES.....	28
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	29
18	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	30
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	32
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	37
21	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	39
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
23	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	43
24	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	44
25	RESULTADO FINANCEIRO	46
26	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	47
27	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	47
28	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	51
29	COMPROMISSOS FUTUROS.....	52
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	52



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias, a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 776.295 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras, e que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/12/2024		Notas	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.583	85.029	Fornecedores	14	1.135.904	1.319.892
Aplicações financeiras	5	566.724	1.132.207	Fornecedores - risco sacado	14.1	63.311	49.273
Contas a receber de clientes	6	1.866.744	1.865.034	Empréstimos e financiamentos	15	25.286	26.378
Serviços pedidos		104.677	93.496	Debêntures	16	265.376	237.272
Almoxarifado		16.456	14.890	Instrumentos financeiros derivativos	27.4	2.050	814
Impostos e contribuições a recuperar	8	742.918	738.509	Passivo de arrendamento		1.212	959
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		146.698	135.524	Impostos e contribuições a recolher	17	226.589	161.386
Outros créditos a receber	10	327.269	315.728	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		7.290	-
Total do ativo circulante		3.871.069	4.380.417	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		45.404	83.278
				Encargos setoriais		63.900	61.997
Não circulante				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	273.379	375.315
Aplicações financeiras	5	28.175	27.506	Provisão para riscos judiciais	19	378.167	-
Contas a receber de clientes	6	65.478	65.247	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	145.473	204.611
Serviços pedidos		65.889	65.889	Contribuição de iluminação pública		59.329	57.451
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.609.748	1.682.816	Benefício pós-emprego	26	2.499	2.437
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.233.011	2.249.542	Outras contas a pagar	21	561.846	587.392
Depósitos vinculados	19	177.295	170.708	Total do passivo circulante		3.257.015	3.168.455
Outros créditos a receber	10	746.569	749.004				
Ativo financeiro da concessão	11	2.022.206	1.925.201	Não circulante			
Intangível	12	10.875.332	10.711.704	Fornecedores	14	29.006	58.012
Ativos de contrato	13	1.808.010	1.747.377	Empréstimos e financiamentos	15	604.403	636.958
Direito de uso		4.605	3.643	Debêntures	16	11.346.655	11.242.780
Total do ativo não circulante		19.636.318	19.398.637	Instrumentos financeiros derivativos	27.4	141.818	131.746
				Passivo de arrendamento		3.620	2.872
				Impostos e contribuições a recolher	17	35.338	38.695
				Encargos setoriais		116.354	106.209
				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	22.250	85.376
				Provisão para riscos judiciais	19	1.359.325	1.708.394
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.570.400	1.537.807
				Benefício pós-emprego	26	151.779	151.121
				Outras contas a pagar	21	73.184	73.068
				Total do passivo não circulante		15.454.132	15.773.038
				Patrimônio líquido			
				Capital social	22.1	5.664.952	5.664.952
				Ajuste de avaliação patrimonial		(67.820)	(24.077)
				Reserva de reavaliação	22.2	29.937	34.229
				Reserva de capital		3.511.804	3.511.744
				Prejuízos acumulados		(4.342.633)	(4.349.287)
				Total do patrimônio líquido		4.796.240	4.837.561
Total do ativo		23.507.387	23.779.054	Total do passivo e patrimônio líquido		23.507.387	23.779.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	23	<u>2.728.861</u>	<u>2.319.744</u>
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(1.217.407)	(1.101.785)
Custo de construção		(485.538)	(351.833)
Custo da operação		(253.304)	(334.730)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	<u>(1.956.249)</u>	<u>(1.788.348)</u>
Lucro bruto		<u>772.612</u>	<u>531.396</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	(54.226)	(26.746)
Despesas gerais e administrativas	24	(192.501)	(174.502)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	(38.320)	2.632
Outras despesas operacionais, líquidas	24.2	(79.860)	(30.710)
Total de despesas operacionais		<u>(364.907)</u>	<u>(229.326)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		<u>407.705</u>	<u>302.070</u>
Receitas financeiras	25	181.197	45.641
Despesas financeiras	25	(611.780)	(425.066)
Resultado financeiro		<u>(430.583)</u>	<u>(379.425)</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucro		<u>(22.878)</u>	<u>(77.355)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(7.290)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	32.530	18.544
		<u>25.240</u>	<u>18.544</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>2.362</u>	<u>(58.811)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,00834	(0,20776)
Ação preferencial nominal- A			
Ação preferencial nominais - B			
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro (prejuízo) do período	2.362	(58.811)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(4.292)	(2.484)
Resultados de <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos	(43.743)	-
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(48.035)	(2.484)
Total resultados abrangentes	<u>(45.673)</u>	<u>(61.295)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Notas	5.664.952	3.509.456	44.166	37.601	(4.716.116)	4.540.059
Resultado abrangente do período							
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos		-	-	(2.484)	-	2.484	-
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>		-	726	-	-	-	726
Prejuízo do período		-	-	-	-	(58.811)	(58.811)
Saldos em 31 de março de 2024		5.664.952	3.510.182	41.682	37.601	(4.772.443)	4.481.974
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.664.952	3.511.744	34.229	(24.077)	(4.349.287)	4.837.561
Resultado abrangente do exercício							
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	22.3	-	60	-	-	-	60
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	22.2	-	-	(4.292)	-	4.292	-
Resultados de <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos	27.4	-	-	-	(43.743)	-	(43.743)
Lucro do período		-	-	-	-	2.362	2.362
Saldos em 31 de março de 2025		5.664.952	3.511.804	29.937	(67.820)	(4.342.633)	4.796.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	2.362	(58.811)
Ajustes para:		
Amortização	182.343	153.921
Baixa de intangível, financeiro e contratual	7.284	1.101
Atualização do ativo financeiro e contratual	(39.500)	(22.331)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	384.825	323.588
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	38.320	(2.632)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	24.489
Perdas com instrumentos derivativos	16.626	-
Ajuste a valor presente	2.914	(552)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	18.941	29.071
Provisão e atualização de encargos setoriais	22.794	23.733
Provisão e atualização para riscos judiciais e depósitos vinculados	35.243	28.580
Rendimentos de aplicações financeiras	(31.942)	(23.335)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(225.195)	(165.511)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(32.530)	(18.544)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.290	-
Valor justo das opções de compra	1.291	2.719
Plano de aposentadoria e pensão	-	1.982
Atualização (reversão) encargos geração distribuída	(510)	-
PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	(33.453)	(793)
	<u>357.103</u>	<u>296.675</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(24.510)	(33.669)
Serviços pedidos	(11.181)	(9.027)
Depósitos vinculados	(4.787)	(7.595)
Almoxarifado	(1.566)	(4.480)
Impostos e contribuições a recuperar	(12.714)	15.767
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(11.174)	(7.009)
Outros créditos a receber	(13.375)	39.923
Fornecedores	(236.811)	(275.619)
Fornecedores - risco sacado	14.038	(13.809)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(74.236)	(37.730)
Impostos e contribuições a recolher	209.265	158.601
Benefícios pós-emprego	720	(672)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	995	622
Encargos setoriais	(10.746)	(14.707)
Provisão para riscos judiciais	(40.570)	(50.062)
Contribuição de iluminação pública	1.878	1.256
Outras contas a pagar	(26.151)	38.997
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(240.925)	(199.213)
Rendimentos de aplicações financeiras	31.942	23.335
Juros pagos	(294.122)	(385.853)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(146.002)	(265.056)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(400.223)	(281.141)
Aplicações financeiras	564.814	186.579
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	164.591	(94.562)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.784)	(3.544)
Amortização de debêntures	-	(240)
Amortização do passivo de arrendamento	(251)	(3.727)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.035)	(7.511)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	14.554	(367.129)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.029	431.981
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>99.583</u>	<u>64.852</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	14.554	(367.129)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	3.348.565	3.095.543
Receitas de construção	485.538	351.833
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	<u>(38.320)</u>	2.632
	<u>3.795.783</u>	<u>3.450.008</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.702.945)	(1.453.618)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(304.422)	(390.551)
Outras despesas	<u>(96.961)</u>	(43.915)
	<u>(2.104.328)</u>	<u>(1.888.084)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.691.455</u>	<u>1.561.924</u>
Amortização	(182.343)	(153.921)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>1.509.112</u>	<u>1.408.003</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>186.444</u>	47.818
	<u>186.444</u>	<u>47.818</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.695.556</u>	<u>1.455.821</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	18.883	32.364
Benefícios	5.529	8.835
FGTS	<u>3.641</u>	4.019
	<u>28.053</u>	<u>45.218</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	591.258	650.141
Estaduais	460.856	396.258
Municipais	<u>119</u>	122
	<u>1.052.233</u>	<u>1.046.521</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	417.868	331.575
Aluguéis	1.128	(2.173)
Outros	<u>193.912</u>	93.491
	<u>612.908</u>	<u>422.893</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do período	<u>2.362</u>	(58.811)
	<u>2.362</u>	<u>(58.811)</u>
Valor adicionado	<u>1.695.556</u>	<u>1.455.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (atual razão social da antiga CELG Distribuição S.A.) (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B”. Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange todo o Estado de Goiás com 340.243 km²(*), atendendo, em 31 de março de 2025, 3.453.282(*) consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

O 8º Termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da CELG Distribuição S.A. - CELG D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, para o período findo em 31 de março de 2025, apresentou lucro de R\$ 2.362 (prejuízo de R\$ 58.811 para o período findo em 31 de março de 2024), prejuízo acumulado, de R\$ 4.342.633 (R\$ 4.349.287 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo, no valor de R\$ 614.054 (R\$ 1.211.962 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia vem revertendo este cenário com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do Grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. O resultado antes do resultado financeiro e impostos nesse período apresentou lucro superior ao comparativo com o período anterior, motivado principalmente pelo aumento de volume de venda de energia faturada (3.984 GWh em 2024 e 3.978 GWh em 31 de março de 2024) e reposicionamento tarifário ao fim de 2024, além de uma forte cultura de redução das despesas operacionais. Para o período findo em 31 de março de 2025, o referido resultado foi de R\$ 407.705 (R\$ 302.070 em 31 de março de 2024).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

O fluxo de caixa operacional foi negativo em 31 de março de 2025, no valor de R\$ 142.106 (negativo em R\$ 122.880 em 31 de março de 2024). Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- Atuação no plano de melhoria e expansão da rede, que se iniciou em 2023, manteve-se ao longo do ano de 2024 e continuará sendo realizado em 2025, com o objetivo de realizar investimentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aos clientes e atendam as necessidades de expansão do sistema elétrico do Estado de Goiás. Os investimentos visam atender aos pedidos dos clientes, garantir aumento de receita e reduzir os indicadores coletivos de continuidade do sistema elétrico, e por conseguinte, dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico;
- Priorização dos investimentos de autoconstrução (pedidos de clientes) com foco em zerar os passivos de solicitações e atendimento dos entrantes no prazo regulatório estabelecido. Esta ação expande o mercado, incrementa receita e reduz penalidades por descumprimento de prazo para atendimento ao consumidor;
- Finalização da virada dos contratos comerciais e técnicos dos principais fornecedores para o modelo de âncora (redução do número de fornecedores para a mesma atividade). Neste modelo, além de tornar mais eficiente a operação terceirizada em grandes *players* do mercado (e que já trabalham em outras concessões do grupo), garantirá ganhos de escala com renegociação de preços e com medição qualitativa e quantitativa de produtividade. Esta ação garantirá melhor controle nos gastos realizados e melhor produtividade da mão de obra terceirizada; e
- Atuação em planos de ações de combate as perdas e de ações de cobrança (cortes), buscando maximizar a receita, recuperar créditos e aumentar o caixa da Companhia.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Indicadores de continuidade de fornecimento

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de três anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

O afastamento da caducidade, pelo período previsto no despacho, foi incorporado ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL pelo seu Oitavo Termo Aditivo, de 23 de fevereiro de 2023. Por meio deste, alterou-se a redação da Cláusula Terceira, Subcláusula Décima Quarta e estabeleceu o ano de 2026 como marco inicial para verificação da inadimplência da distribuidora com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira, para fins de abertura de processo de caducidade.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração, ciente de suas obrigações, instaurou o Plano de 100 dias, a contar da data de aquisição, que teve como objetivo o aprofundamento das análises e elaboração de ações estruturantes para a situação operacional da concessão. Considera-se, assim, que houve um adequado planejamento para o atingimento dos limites regulatórios que foram, inclusive, pauta no calendário da Revisão Tarifária Periódica de 2023, cujo processo junto à ANEEL foi finalizado em 17 de outubro de 2023, quando foram definidos os novos limites globais para o DEC e FEC da concessão e que já começaram a vigorar em 2024.

Conforme consta na Nota Técnica nº 98/2023-STD/ANEEL, de 06 de outubro de 2023, emitida no âmbito do processo da revisional da Equatorial Goiás, os limites globais vigentes para o ano de 2025 são: DEC: 11,45 horas e FEC: 7,73 vezes. Considerando o desafio existente, a Companhia, com objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento e aproximar-se dos limites definidos pela ANEEL, criou um planejamento robusto, composto por inúmeras obras e ações de manutenção.

Frisa-se ainda que o referido plano de ação tem sido acompanhado pela ANEEL, por meio do Plano de Resultados instaurado para o ciclo 2024-2028, cujo objetivo é garantir a melhoria substancial dos conjuntos elétricos. Os resultados obtidos para o Plano de Resultados mostram-se promissores, dado que a Companhia tem aumentado a quantidade dos conjuntos dentro dos limites regulatórios.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de março de 2025, não há impactos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas em 26 de março de 2025. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2025.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos; e (iii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativas e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>55.875</u>	<u>27.862</u>
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	699	48.944
Operações compromissadas	42.878	8.088
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	124	130
Certificado de Depósito Bancário – CDB	7	5
Subtotal de equivalentes de caixa	<u>43.708</u>	<u>57.167</u>
Total	<u>99.583</u>	<u>85.029</u>

- a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025, equivale a 94,06% do CDI (99,44% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento (b)	539.613	1.107.090
Cotas de fundos de investimento FIDC (c)	21.577	19.865
Letra financeira	89	64
Títulos públicos	884	841
Fundo aberto (d)	<u>4.561</u>	<u>4.347</u>
Total circulante	<u>566.724</u>	<u>1.132.207</u>
Não circulante		
Recurso vinculado (e)	<u>28.175</u>	<u>27.506</u>
Total não circulante	<u>28.175</u>	<u>27.506</u>
Total	<u>594.899</u>	<u>1.159.713</u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures e CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos (limite máximo de 10% do patrimônio líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas;
- (b) A variação no período decorre das movimentações detalhadas na nota explicativa nº 16.1 – Movimentação das debêntures e, adicionalmente, os recursos foram utilizados para cumprimento das obrigações operacionais da Companhia;
- (c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (d) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (e) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025, equivale 101,89% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2025				31/12/2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	358.032	215.676	216.367	790.075	364.183	257.339	202.687	824.209
Industrial	18.004	8.765	22.626	49.395	15.537	8.845	23.038	47.420
Comercial	85.334	40.640	64.473	190.447	91.996	50.049	63.018	205.063
Rural	56.731	31.638	44.083	132.452	53.862	44.569	43.660	142.091
Poder público	40.642	10.787	10.286	61.715	30.291	12.320	8.806	51.417
Iluminação pública	25.777	7.099	23.260	56.136	31.923	4.339	28.390	64.652
Serviço público	21.611	467	6.443	28.521	23.007	3.097	1.655	27.759
Contas a receber de consumidores faturados	606.131	315.072	387.538	1.308.741	610.799	380.558	371.254	1.362.611
Residencial	44.152	9.688	90.683	144.523	43.363	9.294	88.535	141.192
Industrial	4.326	2.150	5.693	12.169	5.787	2.799	4.217	12.803
Comercial	22.927	2.979	29.917	55.823	23.478	2.707	30.037	56.222
Rural	10.280	1.717	13.481	25.478	10.448	2.003	13.399	25.850
Poder público	46.074	3.085	45.462	94.621	45.499	3.375	44.201	93.075
Iluminação pública	54.350	1.006	7.182	62.538	51.226	2.610	7.159	60.995
Serviço público	3.914	80	214	4.208	1.059	129	267	1.455
Parcelamentos (a)	186.023	20.705	192.632	399.360	180.860	22.917	187.815	391.592
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	514.580	-	-	514.580	449.292	-	-	449.292
Baixa renda (c)	32.032	-	-	32.032	32.801	-	-	32.801
Outras	38.506	4.764	21.039	64.309	38.103	4.498	20.687	63.288
Subtotal	1.377.272	340.541	601.209	2.319.022	1.311.855	407.973	579.756	2.299.584
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(30.801)	(16.673)	(339.326)	(386.800)	(30.633)	(17.182)	(321.488)	(369.303)
Total contas a receber de clientes	1.346.471	323.868	261.883	1.932.222	1.281.222	390.791	258.268	1.930.281
Circulante				1.866.744				1.865.034
Não circulante				65.478				65.247

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 32.265 (R\$ 30.063 em 31 de dezembro de 2024), resultando no reconhecimento de R\$ 2.202 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2024	Provisões/ Reversões (a)	Baixas (b)	31/03/2025
	Contas a receber de consumidores faturados	(169.631)	(14.950)	2.870
Parcelamentos	(188.064)	(4.195)	-	(192.259)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.229)	(346)	-	(2.575)
Outros	(9.379)	(876)	-	(10.255)
Total	(369.303)	(20.367)	2.870	(386.800)

- (a) A movimentação líquida do período, gerou uma provisão no montante de R\$ 20.367, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 24 – Custo do serviço e despesas operacionais; e
- (b) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS (k)	31/03/2025
Parcela A							
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(9.210)	18.839	(17.473)	199	-	-	(7.645)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(7.002)	11.212	2.243	44	-	-	6.497
Rede básica (c)	106.995	16.830	(24.133)	3.222	-	-	102.914
Compra de energia CVA (d)	(200.265)	(24.219)	77.981	(6.171)	-	-	(152.674)
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	68.146	4.096	(13.993)	1.629	-	-	59.878
Transp. Itaipu	6.537	1.830	(2.657)	206	-	-	5.916
	<u>(34.799)</u>	<u>28.588</u>	<u>21.968</u>	<u>(871)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.886</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (f)	76.492	27.559	(16.922)	329	-	-	87.458
Neutralidade (g)	(192.434)	29.716	57.091	(530)	-	-	(106.157)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(69.454)	(17.366)	16.860	(525)	-	-	(70.485)
Risco hidrológico (h)	(334.515)	-	1.407	(5.318)	-	-	(338.426)
CDE Modicidade tarifária (i)	(41.512)	-	11.152	(1.135)	-	-	(31.495)
Compensação créditos PIS/COFINS	94.509	-	32.605	(1.800)	-	(59.138)	66.176
Outros (j)	41.022	(2.682)	40.051	5.018	(995)	-	82.414
	<u>(425.892)</u>	<u>37.227</u>	<u>142.244</u>	<u>(3.961)</u>	<u>(995)</u>	<u>(59.138)</u>	<u>(310.515)</u>
Total	<u>(460.691)</u>	<u>65.815</u>	<u>164.212</u>	<u>(4.832)</u>	<u>(995)</u>	<u>(59.138)</u>	<u>(295.629)</u>
Circulante							
Valores a receber	751.812						659.496
Valores a devolver	(1.127.127)						(932.875)
Efeito líquido passivo	<u>(375.315)</u>						<u>(273.379)</u>
Não circulante							
Valores a receber	261.641						222.553
Valores a devolver	(347.017)						(244.803)
Efeito líquido passivo	<u>(85.376)</u>						<u>(22.250)</u>
Efeito líquido total	<u>(460.691)</u>						<u>(295.629)</u>

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva da CVA de R\$ 18.839, devido os custos com a quota CDE USO, conforme REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 17.473;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva da CVA de R\$ 11.212, devido os custos com a quota PROINFA para o ano de 2025 conforme REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 2.243;
- (c) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R\$ 16.830, decorrente do aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2025, o que resultou em custos com a despesa de Rede Básica superior à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 24.133;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) constituições negativas referentes aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no período de R\$ 86.630 (ii) constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no período de R\$ 62.411, resultando em movimento de constituição negativa no período de R\$ 24.219; (iii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 77.981;
- (e) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o período findo em 31 de março de 2025, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 4.096. O impacto da amortização negativa deste item para o período foi de R\$ 13.993;
- (f) A constituição ativa de R\$ 27.559 é resultante da movimentação positiva de R\$ 12.949, referente à venda no mercado de curto prazo, devido a movimentação da sobrecontratação a um PLD médio de R\$ 59,55/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da Companhia de R\$ 254,56/MWh. O impacto da amortização negativa desse item para o período foi de R\$ 16.922;
- (g) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para o período foi constituído o montante positivo de R\$ 29.716. O impacto da amortização positiva para o período foi de R\$ 57.091;
- (h) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. O impacto da amortização positiva para o período foi de R\$ 1.407;
- (i) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. Houve amortização no período de R\$ 11.152;
- (j) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações da Quitação da Conta COVID/ESCASSEZ positivo em R\$ 41.651, pela Recomposição Itaipú negativa em R\$ 10.363, pela Neutralidade COVID positiva em R\$ 7.862. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 901 e inclui financeiros como Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414, Penalidade e Universalização, Encargos CDE COVID e Escassez hídrica, Garantia Financeira, entre outros; e
- (k) Trata-se da amortização do passivo relativo ao ressarcimento aos consumidores no montante de R\$ 59.138 via amortização da CVA, conforme nota explicativa 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

No mês de outubro de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.407, de 15 de outubro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,33%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 6.321 de bandeira tarifária (R\$ 286.927 em 31 de dezembro de 2024), sendo que, R\$ 87 negativos de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes (R\$ 166.755 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 6.408 recebendo via CCRBT (R\$ 120.172 em 31 de dezembro de 2024). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela CCEE.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS a recuperar	132.045	127.697
PIS e COFINS	7.894	7.894
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	602.118	602.118
Outros	861	800
Total circulante	742.918	738.509
ICMS a recuperar	148.521	140.216
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.461.227	1.542.600
Total não circulante	1.609.748	1.682.816
Totais impostos e contribuições a recuperar	2.352.666	2.421.325

- (a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, referente a exclusão da base de cálculo do ICMS, no montante de R\$ 2.063.345 (R\$ 2.144.718 em 31 de dezembro de 2024), líquido de compensação com impostos federais, o qual foi registrado após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

9 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Notas	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber – (bens materiais)							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	36	-	36		-	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	1.162	-	1.162		-	
Total		1.198	-	1.198		-	
Outros créditos a receber							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.001	3.001	5.238		-	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4.946	4.946	7.422		-	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.886	1.886	1.729		-	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.836	1.836	2.504		-	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	2.346	2.346	2.489		-	
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	757	757	586		-	
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	21	20	46		-	
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	20	19	44		-	
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	29	29	55		-	
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	83	83	203		-	
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	23	22	48		-	
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	24	25	49		-	
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	39	39	94		-	
Total		15.011	15.009	20.507		-	

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Notas	31/03/2025	Efeito no	31/12/2024	31/03/2024
		Ativo (passivo)	resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(731)	-	(731)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(518)	-	(518)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(11.708)	(11.656)	(11.671)	(9.262)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(70)	(180)	(1.134)	(2.627)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	(185)	(730)	(236)	(505)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	(166)	(652)	(211)	(458)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	(242)	(953)	(308)	(679)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	(575)	(1.707)	(555)	(1.195)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	(201)	(727)	(159)	(555)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	(249)	(983)	(318)	(689)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	(256)	(886)	(286)	(804)
Total		(14.901)	(18.474)	(16.127)	(16.774)
Outros Contas a Pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(12.071)	(12.071)	(10.369)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(7.763)	(6.745)	(4.936)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(2.350)	(2.350)	(2.503)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(2.520)	(2.520)	(1.431)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	(2.660)	(2.660)	(2.565)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	(801)	(801)	(593)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(23)	(23)	(17)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(36)	(36)	(27)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(32)	(32)	(9)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(394)	(394)	(309)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(25)	(25)	(14)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(27)	(27)	(5)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(43)	(43)	(41)	-
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(g)	(41.158)	(20.877)	(58.045)	(24.148)
		(69.903)	(48.604)	(80.864)	(24.148)

- (a) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (b) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (c) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) O valor é referente a contratação de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (f) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (g) Em 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 10.270 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 5.350 conforme Assembleia Geral Ordinária em 26 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 - Planos de opção de compras de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2025:

	31/03/2025	%
Remuneração fixa anual	868	53%
Salário ou Pró-labore	848	52%
Benefícios diretos e indiretos	20	1%
Remuneração variável	531	32%
Remuneração baseada em ações	237	14%
Benefícios pós emprego	8	1%
Valor total da remuneração	1.644	100%

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora com ônus (*) nos empréstimos e nas emissões de debêntures e sem ônus, nas apólices de seguros e fianças, conforme abaixo listadas:

Garantias	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2025 (a)
3ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	08/05/2023	15/04/2031	1.000.000	1.095.631
4ª Emissão Debêntures 2ª Série	480.000	100	27/10/2023	15/10/2031	480.000	533.532
4ª Emissão Debêntures 3ª Série	720.000	100	27/10/2023	15/10/2035	720.000	801.101
4ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.852.910	100	07/11/2023	15/10/2029	1.852.910	1.926.770
5ª Emissão Debêntures Série Única	2.005.522	100	03/04/2024	20/03/2030	2.005.522	2.007.636
6ª Emissão Debêntures 1ª Série	950.000	100	13/06/2024	15/05/2036	950.000	983.344
Bank of America	383.600	100	22/07/2024	22/07/2027	383.600	406.940
7ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	09/08/2024	05/08/2030	1.000.000	1.015.884
8ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.392.150	100	08/10/2024	15/09/2030	1.392.150	1.399.886
8ª Emissão Debêntures 2ª Série	800.000	100	08/10/2024	15/09/2036	800.000	809.946
9ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	29/11/2024	25/11/2031	1.000.000	1.038.301
Santander	180.000	100	29/11/2024	29/11/2027	180.000	187.729
Apólice Seguros	3.030.577	100	22/01/2020	27/05/2030	N/A	N/A
Total garantias	14.794.759				11.764.182	12.206.700
Fianças						
Itaú	47.410	100	30/01/2018	Indeterminado	N/A	N/A
Santander	2.900	100	26/07/2017	Indeterminado	N/A	N/A
Total fianças	50.310					

(a) Os valores atualizados de empréstimos e debêntures, estão líquidos de custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Outros créditos a receber

10.1 Composição dos saldos

	31/03/2024	31/12/2024
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	7.098	15.580
Alienação de bens e direitos	2.653	2.653
Subvenção descontos tarifários (b)	139.160	133.623
Uso mútuo de poste	64.348	61.581
Incentivo à redução de consumo	4.838	4.838
Despesas pagas antecipadamente	276	695
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	32.227	35.691
Partes relacionadas	16.209	21.705
Neutralidade PIS/COFINS (d)	41.494	6.411
Outros créditos a receber	36.458	51.480
(-) PECLD (e)	(17.492)	(18.529)
Total circulante	327.269	315.728
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	453.223	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	290.845	304.164
Outros créditos a receber	2.501	2.644
Total não circulante	746.569	749.004
Totais outros créditos a receber	1.073.838	1.064.732

- (a) Refere-se ao registro de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços não destinados a Ordens de Imobilização - ODI;
- (b) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução Nº 2.420, de 27 de novembro de 2018;
- (c) Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” e “Créditos especiais – FUNAC – Aguardando Ressarcimento”. Na rubrica de “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de “Créditos especiais – Aguardando Ressarcimento”;
- (d) Refere-se aos valores neutralizados, resultantes da diferença entre os valores de PIS e COFINS apurados e faturados; e
- (e) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, no qual R\$ 12.696 são decorrentes de uso mútuo de poste e R\$ 4.796 referente a outras contas a receber.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2024	31/03/2025					Saldo final
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (b.1)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b.2)	Baixa por recebimento	PECLD (b.3)	
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.005.390	32.625	(19.907)	-	-	-	1.018.108
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b.2)	(563.194)	-	-	(1.691)	-	-	(564.885)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	442.196	32.625	(19.907)	(1.691)	-	-	453.223
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.070.180	-	19.907	-	(450)	-	1.089.637
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b.2)	(513.369)	-	-	(17.250)	-	-	(530.619)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b.3)	(216.956)	-	-	-	-	(18.990)	(235.946)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	339.855	-	19.907	(17.250)	(450)	(18.990)	323.072
Total	782.051	32.625	-	(18.941)	(450)	(18.990)	776.295

(b.1) O montante de R\$ 32.625, refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma adição no montante de R\$ 4.957 e às atualizações, no montante de R\$ 27.668, em contrapartida ao passivo, conforme nota explicativa nº 19.2 - Movimentação dos riscos judiciais;

(b.2) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 1.095.504 em 31 de março de 2025 (R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no período findo em 31 de março de 2025, foi de R\$ 18.941, sendo R\$ 12.429 com impacto no resultado operacional (R\$ 23.608 em 31 de março de 2024) e provisão de R\$ 6.512 no resultado financeiro (R\$ 5.463 em 31 de março de 2024), conforme notas explicativas nº 24 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 25 - Resultado financeiro; e

(b.3) Sobre o saldo de “Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de março de 2025, foi calculada uma provisão de R\$ 18.990 (R\$ 10.448 em 31 de março de 2024), conforme nota explicativa nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência Ativos de contrato (b)	31/03/2025
Ativo financeiro	1.979.530	40.809	61.054	2.081.393
Obrigações especiais (c)	(54.329)	(1.309)	(3.549)	(59.187)
Total ativo financeiro da concessão	1.925.201	39.500	57.505	2.022.206

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2025			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,45%	18.659.686	(6.636.547)	(1.147.807)	10.875.332
Total		18.659.686	(6.636.547)	(1.147.807)	10.875.332

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2024			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,45%	18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704
Total		18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até 2045, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas (b)	Transferência ativos de contrato (c)	31/03/2025
Em serviço	18.339.997	-	(44.162)	363.851	18.659.686
(-) Amortização	(6.471.347)	(202.078)	36.878	-	(6.636.547)
Total em serviço	11.868.650	(202.078)	(7.284)	363.851	12.023.139
Obrigações especiais em serviço (a)	(1.478.136)	-	-	(10.886)	(1.489.022)
(-) Amortização	321.190	20.025	-	-	341.215
Total em obrigações especiais	(1.156.946)	20.025	-	(10.886)	(1.147.807)
Total	10.711.704	(182.053)	(7.284)	352.965	10.875.332

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Referem-se às baixas de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço.

12.2 Avaliação de impairment

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Como resultado dessa análise a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente, na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 31 de março de 2025, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

13 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2024	Adições (c)	Transferências (b)		31/03/2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.820.304	485.538	(363.851)	(61.054)	1.880.937
Obrigações especiais (a)	(72.927)	(14.435)	10.886	3.549	(72.927)
Total ativos de contrato	1.747.377	471.103	(352.965)	(57.505)	1.808.010

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) O montante de R\$ 471.103 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 400.223 impactou o caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 18.879 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 36.362 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 15.639 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Fornecedores

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	378.471	407.641
Encargos de uso da rede elétrica	121.881	120.391
Materiais e serviços (b)	504.627	659.709
Parcelamento Itaipu (c)	116.024	116.024
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	14.901	16.127
Total circulante	<u>1.135.904</u>	<u>1.319.892</u>
Não circulante		
Parcelamento Itaipu (c)	29.006	58.012
Total não circulante	<u>29.006</u>	<u>58.012</u>
Total fornecedores	<u>1.164.910</u>	<u>1.377.904</u>

- (a) O saldo em 31 de março de 2025 apresentou uma redução de R\$ 29.170 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 20.024 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia com a Usina Itaipu; e (ii) redução de R\$ 9.146 nas despesas do Mercado de Curto Prazo;
- (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia. A variação deve-se à redução das operações de manutenção e de execução de obras ao longo do período; e
- (c) O valor registrado em 31 de março de 2025, é referente a 15 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal mais juros remuneratórios.

14.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2025, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 63.311 (R\$ 49.273 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 135.943 durante o período findo em 31 de março de 2025 (R\$ 515.542 em 31 de dezembro de 2024).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 49 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2024), enquanto o prazo médio para fornecedores que não aderiram a modalidade é de 47 dias (88 dias em 31 de dezembro de 2024).

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo

			31/03/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Bank of America</i> (a)	CDI + 1,20%	Aval/Fiança	4.622	402.318	406.940
Subtotal			4.622	402.318	406.940
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	12.934	22.085	35.019
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	7.730	180.000	187.730
Subtotal			20.664	202.085	222.749
Total empréstimos e financiamentos			25.286	604.403	629.689
			31/12/2024		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Bank of America</i> (a)	CDI + 1,20%	Aval/Fiança	11.813	431.592	443.405
Subtotal			11.813	431.592	443.405
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	12.737	25.366	38.103
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	1.828	180.000	181.828
Subtotal			14.565	205.366	219.931
Total empréstimos e financiamentos			26.378	636.958	663.336

(a) Considera-se no custo da dívida do *Bank of America*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.565	205.366	11.813	431.592	663.336
Encargos	6.640	-	5.998	-	12.638
Variação monetária e cambial	-	-	-	(29.274)	(29.274)
Transferências	3.281	(3.281)	-	-	-
Amortizações de principal	(3.784)	-	-	-	(3.784)
Pagamentos de juros	(750)	-	(13.189)	-	(13.939)
Ajuste a valor presente (a)	712	-	-	-	712
Saldos em 31 de março de 2025	20.664	202.085	4.622	402.318	629.689

(a) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo com a CELG Participações S.A., antiga parte relacionada da Companhia, realizado à época a título de mútuos cujo custo da dívida é de 6,80% a.a.

15.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2025	
	Valor	%
Circulante	25.286	4%
2026	10.175	2%
2027	594.228	94%
Não circulante	604.403	96%
Total	629.689	100%

15.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of América	Santander
Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,2	3,2

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Debêntures

16.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	237.272	11.242.780	11.480.052
Encargos	310.695	-	310.695
Transferências	(7.631)	7.631	-
Pagamento de juros	(280.056)	-	(280.056)
Variação monetária	-	100.140	100.140
Custo de captação (a)	5.096	(3.896)	1.200
Saldos em 31 de março de 2025	265.376	11.346.655	11.612.031

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	29.093	1.066.538	1.095.631
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	14.726	518.806	533.532
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	3ª	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	22.892	778.209	801.101
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	103.671	1.823.099	1.926.770
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	2.005.522	CDI + 1,05%	abr/24	mar/30	6.799	2.000.837	2.007.636
6ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	950.000	CDI + 0,30%	jun/24	mai/36	19.550	963.794	983.344
7ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 1,00%	ago/24	ago/30	18.835	997.050	1.015.885
8ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.392.150	CDI + 1,00%	out/24	set/30	7.736	1.392.150	1.399.886
8ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	800.000	CDI + 0,27%	out/24	set/36	201	809.745	809.946
9ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 0,92%	nov/24	nov/31	41.873	996.427	1.038.300
							Total	265.376	11.346.655	11.612.031

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirográfaria
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória

(a) Considera-se no custo da 6ª Debêntures e 8ª Debêntures, o custo da ponta passiva do *swap*; e

(b) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas às debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2025	
	Valor	%
Circulante	265.376	2%
2027	617.637	5%
2028	2.083.526	18%
2029	2.620.477	23%
De 2030 até 2036	6.142.625	53%
Subtotal	11.464.265	99%
(-) Custo de captação (não circulante)	(117.610)	-1%
Não circulante	11.346.655	98%
Total	11.612.031	100%

16.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantia fidejussória e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	3º debêntures	4º debêntures	5º debêntures	6º debêntures	7º debêntures	8º debêntures	9º debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS	137.792	87.851
PIS e COFINS (a)	55.493	38.995
PIS e COFINS parcelamento (b)	17.669	17.198
ISS	8.515	10.899
Outros	7.120	6.443
Subtotal	226.589	161.386
Não circulante		
PIS e COFINS parcelamento (b)	35.338	38.695
Subtotal	35.338	38.695
Total	261.927	200.081

(a) A variação refere-se principalmente ao volume de crédito de PIS e COFINS decorrente dos custos de energia elétrica para revenda; e

(b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

18.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	1.315.104	1.317.412
Base negativa CSLL	451.947	452.778
Subtotal	1.767.051	1.770.190
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	96.719	84.665
Provisão para riscos judiciais	244.221	238.308
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	372.471	366.031
Variação cambial e <i>swap</i>	50.973	97.997
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	9.010	7.268
Ajuste a valor presente AVP	4.811	3.821
Reavaliação bens da concessão	341	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	7.004	6.991
Provisão atuariais	19.034	19.034
Outras despesas não dedutíveis	69.803	56.045
Total	2.641.438	2.650.350
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Valor novo de reposição – VNR	(83.963)	(70.533)
Reavaliação bens da concessão	-	(1.869)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(324.464)	(328.406)
Total	(408.427)	(400.808)
Total tributo diferido ativo registrado	2.233.011	2.249.542

18.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.317.412	(2.308)	-	1.315.104	1.315.104	-
Base negativa CSLL	452.778	(831)	-	451.947	451.947	-
PECLD	84.665	12.054	-	96.719	96.719	-
Provisão para riscos judiciais	238.308	5.913	-	244.221	244.221	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	366.031	6.440	-	372.471	372.471	-
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	7.268	1.742	-	9.010	9.010	-
Arrendamentos – CPC 06	6.991	13	-	7.004	7.004	-
Provisões atuariais	19.034	-	-	19.034	19.034	-
Valor novo de reposição – VNR	(70.533)	(13.430)	-	(83.963)	-	(83.963)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(328.406)	3.942	-	(324.464)	-	(324.464)
Ajuste a valor presente AVP	3.821	990	-	4.811	4.811	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	56.045	13.758	-	69.803	69.803	-
Reavaliação bens da concessão	(1.869)	2.210	-	341	341	-
Variação cambial e <i>swap</i>	97.997	2.037	(49.061)	50.973	50.973	-
Total	2.249.542	32.530	(49.061)	2.233.011	2.641.438	(408.427)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18.3 Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.641.438 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa CSLL e ajustes temporários. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	197.190	595.291	793.414	1.055.543	2.641.438

18.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	31/03/2025		31/03/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(22.878)	(22.878)	(77.355)	(77.355)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	5.720	2.059	19.339	6.962
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(158)	(6)	(8.611)	(3.099)
Amortização mais valia	(3.883)	(1.398)	-	-
Atualização de indébito tributário	13.850	4.985	-	-
Incentivo PAT	129	-	-	-
Mais Valia (PPA)	2.899	1.043	2.907	1.046
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	18.557	6.683	13.635	4.909
Alíquota efetiva	81%	29%	18%	6%
IRPJ e CSLL correntes	(5.324)	(1.966)	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	23.881	8.649	13.635	4.909

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	369.992	31.706	349.940	29.238
Fiscais	464	47.827	-	47.378
Trabalhistas	1.366.394	97.762	1.353.478	94.092
Regulatório	642	-	4.976	-
Total	1.737.492	177.295	1.708.394	170.708
Total Circulante	378.167	-	-	-
Total não Circulante	1.359.325	177.295	1.708.394	170.708

Do total de provisões no valor de R\$ 1.737.492 (R\$ 1.708.394 em 31 de dezembro de 2024), o montante de R\$ 1.018.105 (R\$ 1.005.387 em 31 de dezembro de 2024) é referente a processos com vinculação ao FUNAC, passíveis de ressarcimento, conforme explicado no tópico abaixo, sendo R\$ 287.770 de processos cíveis (R\$ 273.117 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 730.035 de processos trabalhistas (R\$ 728.172 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 300 de processos fiscais (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 0 de processos regulatórios (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2024). As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. Para mais detalhes, verificar nota explicativa nº 10 - Outros créditos a receber.

19.1 Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) – FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPARG em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADÉE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADÉE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16/05/2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25/07/2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18/12/2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07/02/24, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança. O Mandado de Segurança retornou para instância de origem para processamento e julgamento, contudo, foi sobrestado para julgamento da arguição de inconstitucionalidade n.º. 5019226-18.2023.8.09.0051.

O instrumento processual que deu origem à arguição de inconstitucionalidade foi a Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (n.º 5019226-18.2023.8.09.0051), proposta pela CELG Distribuição em 13/01/2023. Na ação, a empresa pleiteou a nulidade do ato que indeferiu seu pedido de ressarcimento com fundamento não previsto em lei. A sentença de primeira instância reconheceu a procedência do pedido, determinando que a análise dos requerimentos de ressarcimento da distribuidora fosse realizada conforme as disposições das Leis Estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Diante da interposição de apelação pelo Estado de Goiás, o Desembargador Relator determinou a instauração do incidente de inconstitucionalidade, submetendo a questão ao Órgão Especial do Tribunal. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela declaração de inconstitucionalidade parcial das referidas leis. O processo agora segue para julgamento do incidente pelo plenário.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADDEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

19.2 Movimentação dos riscos no período

	31/12/2024			31/03/2025		
	Saldo inicial	Adições (a)	Utilização (1)	Reversão de provisão (2) (a)	Atualização (3) (b)	Saldo final
Cíveis	349.940	18.127	(12.729)	(8.074)	22.728	369.992
Fiscais	-	192	(5)	(41)	318	464
Trabalhistas	1.353.478	25.898	(27.836)	(11.710)	26.564	1.366.394
Regulatórios	4.976	-	-	(2.334)	(2.000)	642
Total contingências (a)	1.708.394	44.217	(40.570)	(22.159)	47.610	1.737.492

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

(a) Do total líquido de adição e reversão de R\$ 22.058, R\$ 17.101 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 24 - Custo do serviço e despesas operacionais), e R\$ 4.957 foram constituições do Ativo do FUNAC na rubrica de Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - outros créditos a receber); e

(b) Referente ao montante de atualização dos processos judiciais, sendo que R\$ 19.942 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 25 - Resultado financeiro) e R\$ 27.668 foram atualizações do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - outros créditos a receber).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 31 de março de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis	2.796.765	2.685.812
Trabalhistas	1.052.316	909.226
Fiscal	655	-
Regulatórias	-	11
Total	3.849.736	3.595.049

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

19.3 Cíveis

A Companhia figura como ré em 9.129 processos cíveis em 31 de março de 2025 (9.394 processos em 31 de dezembro de 2024), os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem quebra de contrato, falha no fornecimento e cobrança indevida. Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo que tem como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 48.542 (R\$ 46.643 em 31 de dezembro de 2024). Em dezembro de 2024, houve o julgamento do recurso de apelação, mantendo os termos da sentença que condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 2.187. Atualmente o processo está aguardando julgamentos dos embargos de declaração.

Processo que tem como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor da Companhia, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, no montante de R\$ 152.355 (R\$ 145.798 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está suspenso até julgamento de Ação Civil Pública junto ao STJ.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 2.796.765 (R\$ 2.685.812 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão, deste total, R\$ 2.440.656 (R\$ 2.352.106 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a processos dos créditos FUNAC. Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

Processo cujo objeto é a devolução de valores de cotas de tributo (ICMS) que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 497.301 (R\$ 460.830 em 31 de dezembro de 2024). Sentença proferida em fevereiro de 2025 julgando improcedentes os pedidos iniciais. Foi interposta apelação pela Companhia e opostos embargos de declaração pelo Município;

Processo cujo objeto é a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 478.224 (R\$ 460.468 em 31 de dezembro de 2024). Em março de 2024 foi proferida a sentença de total improcedência dos pedidos do Município. Em julho de 2024, a Companhia interpôs recurso de apelação e o Município apresentou Recurso Adesivo. Proferida decisão para conhecer e negar ambos os recursos. Opostos embargos de declaração pela Companhia, estes foram rejeitados, sendo interposto Recurso Especial, pendente de análise do juízo de admissibilidade.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19.4 Trabalhistas

A Companhia figura como ré em 3.982 processos trabalhistas em 31 de março de 2025 (3.897 em 31 de dezembro de 2024), sendo eles 2.220 processos com probabilidade de perda provável, relacionados a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem horas extra, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, com montante provisionado de R\$ 1.366.394 (R\$ 1.353.478 em 31 de dezembro de 2024). Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia concessão de intervalo intrajornada inferior a 2 (duas) horas com base no artigo 71, §4º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), antes da vigência da Reforma Trabalhista e aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos, no montante de R\$ 630.679 (R\$ 620.986 em 31 de dezembro de 2024). O processo transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. Em 31 de janeiro de 2024, o sindicato requereu o prosseguimento da execução e a concessão de prazo para apresentar a relação de documentos necessários para a liquidação do julgado. Atualmente o processo está suspenso por convenção das partes. Em 31 de julho de 2024, a Companhia ingressou com a ação rescisória com pedido de tutela antecipada com a finalidade de anular a sentença do processo principal. Em fevereiro de 2025 foi encerrada a suspensão ou o sobrestamento do processo, concluso para despacho. Agravo da Companhia deferido na ação rescisória para suspender o andamento da execução até o julgamento do processo. Prazo para razões finais. Conclusos os autos da ação rescisória para julgamento;

A Companhia, em 31 de março de 2025, possui processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 1.052.316 (R\$ 909.226 em 31 de dezembro de 2024). Dentre os processos citados, o mais relevante é:

Processo referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 447,206 (R\$ 439.174 em 31 de dezembro de 2024), atualmente o processo encontra-se em execução. Em janeiro de 2025, foi interposto agravo de instrumento. Atualmente, aguarda-se o julgamento.

19.5 Regulatórias

A Companhia figura como ré em 1 processo regulatório em 31 de março 2025 (4 em 31 de dezembro de 2024), no montante provisionado de R\$ 642 (R\$ 4.976 em 31 de dezembro de 2024), e não possui processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica em 31 de março de 2025 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2024).

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A partir de 2018, a Companhia constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar, e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a Nota Técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia registrou atualização da taxa SELIC, constituindo complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 32.593. Houve compensação de R\$ 149.050 do saldo de ativo com débitos tributários federais de PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Além disso, realizou amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores no montante de R\$ 59.138 via amortização da CVA.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo		
Circulante – nota explicativa nº 8	602.118	602.118
Não circulante – nota explicativa nº 8	1.461.227	1.542.600
PIS e COFINS a recuperar	<u>2.063.345</u>	<u>2.144.718</u>
Passivo		
Circulante	145.473	204.611
Não circulante	1.570.400	1.537.807
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	<u>1.715.873</u>	<u>1.742.418</u>

20.1 Expectativa de realização do PIS/COFINS a recuperar

	<u>31/03/2025</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>602.118</u>	<u>29%</u>
2026	451.588	22%
2027	602.118	29%
2028	407.521	20%
Não circulante	<u>1.461.227</u>	<u>71%</u>
Total	<u>2.063.345</u>	<u>100%</u>

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2025, a Companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 35.084, sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 1.631, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2025</u>
Resultado	
(+) Receita financeira	<u>35.084</u>
PIS/COFINS consumidores a restituir	35.084
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	<u>(1.631)</u>
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>33.453</u>

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Outras contas a pagar

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	38.701	42.079
Devoluções a consumidores (b)	3.010	59.902
Convênios de arrecadação	4.345	4.530
Créditos de geração distribuída (c)	240.388	190.844
Partes relacionadas (d)	69.903	80.864
Outras contas a pagar (e)	205.499	209.173
Total circulante	561.846	587.392
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	32.562	32.562
Outras contas a pagar	40.622	40.506
Total não circulante	73.184	73.068
Totais outras contas a pagar	635.030	660.460

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Recebimento do bônus Itaipu o qual está sendo repassado aos consumidores;
- (c) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 24.1 - Energia elétrica comprada para revenda;
- (d) Valor referente ao primeiro aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas; e
- (e) Refere-se, principalmente, ao saldo de valores recebidos de serviços de terceiros prestados na rede com ordens em andamento.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2024), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000 (R\$ 7.500.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	31/03/2025	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	102.022	0,04
Total	283.067.254	100,00

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2025, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 29.937 (R\$ 34.229 em 31 de dezembro de 2024). A diminuição no saldo ocorreu devido à contabilização de realização de reserva para prejuízos acumulados à título de Reserva de reavaliação líquida de impostos, no montante de R\$ 4.292.

	31/12/2024	Quota de reavaliação	Amortização	31/03/2025
Reserva de reavaliação	50.918	(6.502)	-	44.416
Encargo tributário	(16.689)	-	2.210	(14.479)
Total	34.229	(6.502)	2.210	29.937

22.3 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas abaixo, e das outorgas anteriores estão descritas na nota explicativa nº 23.4.1 – Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

<i>Em opções</i>	Média ponderada do		Média ponderada do	
	Número de ações	preço de exercício	Número de ações	preço de exercício
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	260.000	-	440.000	-
Encerrados e transferidos ao fim do período	97.500	-	(180.000)	-
Existentes ao fim do período 3ª Outorga	187.500	23,63	37.500	23,63
Existentes ao fim do período 6ª Outorga	70.000	26,04	122.500	26,04
Existentes ao fim do período 7ª Outorga	100.000	30,45	100.000	30,45
Total existentes ao fim do período/exercício	357.500	-	260.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 60 (R\$ 726 em 31 de março de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22.4 Plano de outorga de “Phantom Shares”

22.4.1 Contrato Phantom 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do		Valor justo	
	Número de ações	preço de exercício	Número de ações	ponderado do preço de exercício
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	70.000	31,15	-	-
Transferidas durante o período/exercício	5.000	-	70.000	-
Existentes ao fim do período	75.000	30,23	70.000	31,15

(a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás, CEEE-D e a controladora indireta Equatorial S.A.

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia, em contrapartida a outras contas a pagar, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 114 (R\$ 2.383 em 31 de março de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22.4.2 Contrato Phantom 2023

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do		Valor justo	
	Número de ações	preço de exercício	Número de ações	ponderado do preço de exercício
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	102.830	32,19	90.539	33,28
Transferidas durante o período/exercício	4.580	-	12.291	-
Existentes ao fim do período	107.410	36,51	102.830	32,19

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao período findo em 31 de março de 2025 foi R\$ 417 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (reversão de R\$ 390 em 31 de março de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 36,51 (R\$ 34,25 em 31 de março de 2024).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22.4.3 Contrato Phantom 2025

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do preço de exercício	
	Número de ações 31/03/2025	31/03/2025
Existentes em 1º de janeiro	-	-
Outorgadas durante o período	-	-
Transferidas durante o período/exercício	228.364	-
Existentes ao fim do período	228.364	28,32

A despesa reconhecida para o plano de “Phantom shares”, referente ao período findo em 31 de março de 2025 foi R\$ 700 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 0 em 31 de março de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 28,32 (R\$ 0 em 31 de março de 2024). ‘

22.5 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Ações ordinárias	Total
Numerador:		
Lucro líquido do período	2.362	2.362
Denominador:		
Média ponderada por classe de ações	283.067	283.067
Lucro básico e diluído por ação	0,00834	0,00834

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita de distribuição	2.452.955	2.363.539
Remuneração financeira WACC (a)	41.863	37.220
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	230.027	186.150
Subvenção CDE – Outros	196.162	133.454
Fornecimento de energia elétrica	<u>2.921.007</u>	<u>2.720.363</u>
Suprimento de energia elétrica	40.252	39.080
Receita pela disponibilidade - uso da rede	275.249	236.383
Receita de construção (c)	485.538	351.833
Atualização do ativo financeiro	39.500	22.331
Outras receitas	72.557	77.386
Receita operacional bruta	<u>3.834.103</u>	<u>3.447.376</u>
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(460.856)	(396.258)
PIS e COFINS	(202.541)	(256.598)
Encargos do consumidor	(25.546)	(25.516)
ISS	(119)	(122)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(370.899)	(369.584)
Penalidades DIC/FIC e outras (d)	(45.281)	(79.554)
Deduções da receita operacional	<u>(1.105.242)</u>	<u>(1.127.632)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.728.861</u>	<u>2.319.744</u>

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 43.877 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 170.302; (ii) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às cobertura tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 160.864 quando comparado com o período anterior; (iii) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de Conta-Covid no montante de R\$ 51.288; (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.948; e (v) efeito positivo de R\$ 79 em CVA da Bandeira Faturada; e
- (c) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados;
- (d) A variação se deve, principalmente, às compensações dos indicadores de qualidade em torno de R\$ 33.000, explicado pelo fato de que o período findo em 31 de março de 2024 reflete o período de novembro e dezembro de 2023, que foi fortemente impactado pelo clima.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

24 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2025					31/03/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(14.063)	(6.584)	(19.671)	-	(40.318)	(38.846)	(8.051)	(13.130)	-	(60.027)
Material	(14.116)	(842)	(2.480)	-	(17.438)	(12.445)	(995)	(3.718)	-	(17.158)
Serviços de terceiros	(117.152)	(45.495)	(54.908)	-	(217.555)	(140.498)	(15.926)	(96.742)	-	(253.166)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.217.407)	-	-	-	(1.217.407)	(1.101.785)	-	-	-	(1.101.785)
Custo de construção (b)	(485.538)	-	-	-	(485.538)	(351.833)	-	-	-	(351.833)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(20.367)	(20.367)	-	-	-	12.359	12.359
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC – nota explicativa nº 10	-	-	(12.429)	(18.990)	(31.419)	-	-	(23.608)	(10.448)	(34.056)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(17.101)	-	(17.101)	-	-	(13.205)	-	(13.205)
Amortização	(103.055)	-	(79.288)	-	(182.343)	(139.718)	-	(14.203)	-	(153.921)
Outros	(4.918)	(1.305)	(6.624)	1.037	(11.810)	(3.223)	(1.774)	(9.896)	721	(14.172)
Total	(1.956.249)	(54.226)	(192.501)	(38.320)	(2.241.296)	(1.788.348)	(26.746)	(174.502)	2.632	(1.986.964)

(a) Para maior detalhamento, vide abertura dos custos da energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24.1 – Energia elétrica comprada para revenda; e

(b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados as construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e 23 – Receita operacional líquida.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

24.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2025		31/03/2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.185	(523.998)	2.236	(500.274)
Contratos Eletronuclear	115	(38.181)	118	(38.852)
Contratos cotas de garantias	447	(94.761)	543	(91.384)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(64.253)	-	(75.954)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(59.512)	-	(55.049)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	58	(50.459)	59	(39.247)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	118.710	-	135.190
Aquisição de energia - Itaipu (d)	571	(132.821)	601	(116.485)
Geração distribuída (e)	-	(50.054)	-	(15.819)
Subtotal	3.376	(895.329)	3.557	(797.874)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(322.078)	-	(303.911)
Total	3.376	(1.217.407)	3.557	(1.101.785)

- (a) Compreende os custos com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO). Para o período, houve redução no volume contratado em 2,3 %, embora a despesa tenha crescido em 4,74 % devido o despacho térmico dos contratos por disponibilidade, com preço médio do exercício em R\$ 234,13/MWh em relação a 2024 de R\$ 220,21/MWh;
- (b) A variação nas despesas associadas ao ESS/EER no período, deve-se a redução no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo ESS;
- (c) A variação no período findo em 31 de março de 2025 em relação ao período em comparação, é devido ao aumento do efeito de contratação por disponibilidade;
- (d) A variação refere-se aos custos do contrato da Usina de Itaipu e aos seus efeitos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em um aumento de 14% nas despesas em relação ao mesmo período em 2024, devido à atualização do preço médio de compra, que evoluiu de R\$ 193,82/MWh em 2024 para R\$ 232,61/MWh em 2025; e
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

(*) não revisado.

24.2 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque	-	28.599
Outras receitas operacionais	2.263	-
Total de outras receitas operacionais	2.263	28.599
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(41.964)	(19.864)
Indenização por danos a terceiros	(98)	(413)
Provisão para perda de estoque (a)	(38.103)	(7.647)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	(24.489)
Outras despesas operacionais	(1.958)	(6.896)
Total de outras despesas operacionais	(82.123)	(59.309)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(79.860)	(30.710)

- (a) Os valores referentes a perdas e provisões relativas à desativação de bens devem-se ao aumento dos investimentos aplicados na melhoria da rede.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Resultado financeiro

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	31.942	23.335
Valores a receber/devolver parcela A	19.725	5.432
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	25.788	-
Acréscimo moratório de energia vendida	15.404	15.594
Variação monetária e cambial da dívida (c)	29.274	-
Receita financeira de AVP (d)	-	1.522
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.247)	(2.177)
Atualização do indébito tributário (e)	55.830	882
Outras receitas financeiras	8.481	1.053
Total de receitas financeiras	181.197	45.641
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(24.557)	(26.071)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(52.310)	-
Encargos da dívida (f)	(317.728)	(284.988)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(100.140)	(45.921)
Atualização de contingências (g)	(19.942)	(17.002)
Juros, multas s/ operação de energia	(1.194)	(1.544)
Despesa financeira de AVP (d)	(2.914)	(970)
Encargos sobre déficit atuarial	(5.253)	(3.776)
Encargos de geração distribuída	510	-
Impairment - Créditos especiais – FUNAC	(6.512)	(5.463)
Juros, multas s/ impostos (h)	(35.691)	(41)
Outras despesas financeiras	(46.049)	(39.290)
Total de despesas financeiras	(611.780)	(425.066)
Resultado financeiro líquido	(430.583)	(379.425)

- (a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se ao desempenho mais favorável do CDI no acumulado até março de 2025, que alcançou 2,99%, frente aos 2,62% registrados no mesmo período de 2024;
- (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como *hedge* de fluxo de caixa, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de março de 2025 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,27%, saindo de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 5,74 em 31 de março 2025;
- (c) O aumento na despesa acumulada em 31 de março de 2025, nas linhas de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu principalmente devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA;
- (d) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido de R\$ 2.202 e R\$ 712, conforme notas explicativas 6 - Contas a receber de clientes e 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos, respectivamente
- (e) A variação refere-se, principalmente, à atualização do crédito relacionado à exclusão do ICMS;
- (f) No acumulado até março de 2025, o aumento na despesa deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 19,2%, em relação ao mesmo período de 2024;
- (g) O saldo refere-se à atualização dos processos no período, conforme pode-se observar na nota explicativa nº 19 – Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados; e
- (h) A variação ocorre, principalmente, devido às multas associadas ao parcelamento de autorregularização do PIS/COFINS, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo		
Circulante		
Plano CV	2.499	2.437
Total circulante	<u>2.499</u>	<u>2.437</u>
Não circulante		
Plano CV	22.432	22.444
Planos de Saúde	104.941	103.194
FGTS	24.406	25.483
Total não circulante	<u>151.779</u>	<u>151.121</u>
Total	<u>154.278</u>	<u>153.558</u>

As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 28 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, e não houve alterações de critérios adotados no período.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 15.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 16.4 – *Covenants* das debêntures.

27.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2024		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	55.875	55.875	27.862	27.862
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	43.708	43.708	57.167	57.167
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	594.899	594.899	1.159.713	1.159.713
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.932.222	1.932.222	1.930.281	1.930.281
Outros créditos a receber – FUNAC	-	Custo amortizado	776.295	776.295	782.051	782.051
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	2.022.206	2.022.206	1.925.201	1.925.201
Total do ativo			5.425.205	5.425.205	5.882.275	5.882.275
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.164.910	1.164.910	1.377.904	1.377.904
Fornecedor – risco sacado	-	Custo amortizado	63.311	63.311	49.273	49.273
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	629.689	648.421	663.336	674.843
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	4.832	4.832	3.831	3.831
Debêntures	2	Custo amortizado	11.612.031	11.646.057	11.480.052	11.394.788
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	143.868	143.868	132.560	132.560
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	295.629	295.629	460.691	460.691
Total do passivo			13.914.270	13.967.028	14.167.647	14.093.890

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

27.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor Justo	
									31/03/2025	31/12/2024
<i>XP</i>	13/06/2024	15/05/2036	-	950.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(91.523)	(97.179)
<i>Bank of America</i>	22/07/2024	22/07/2027	70.000	383.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	13.173	34.102
<i>BTG</i>	08/10/2024	15/09/2036	-	800.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(65.518)	(69.483)
Total									(143.868)	(132.560)
Passivo circulante									(2.050)	(814)
Passivo não circulante									(141.818)	(131.746)
Efeito líquido total									(143.868)	(132.560)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	31/03/2025		
		Valor Nominal	Passivo	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA
Contrato de <i>hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.333.600	(143.868)	5.318

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

28 Demonstração dos fluxos de caixa

28.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	57.505
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	352.965
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores (a)	18.879
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento (a)	36.362
Total de atividades de investimento	<u>465.711</u>
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	(5.318)
Capitalização de juros de empréstimos	15.639
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.252
Total de atividades de financiamento	<u>11.573</u>
Total	<u>477.284</u>

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Baixa de arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	663.336	(3.784)	(13.939)	-	-	(15.924)	629.689
Debêntures	11.480.052	-	(280.056)	-	-	412.035	11.612.031
Instrumentos financeiros derivativos	132.560	-	-	-	(5.318)	16.626	143.868
Passivos de arrendamento	3.831	(251)	(127)	1.252	-	127	4.832
Totais	12.279.779	(4.035)	(294.122)	1.252	(5.318)	412.864	12.390.420

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2025 a 2036	2.288.470	3.816.693	3.504.580	39.272.270
Energia contratada (em MhW)	2025 a 2036	10.433.600	13.599.114	13.223.965	125.563.088

(*) estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027
Arrendamentos e aluguéis	2025 a 2030	877	1.171	1.277	1.507

30 Eventos Subsequentes

Liberação de financiamento junto ao BNDES

Em 29 de abril de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao BNDES via financiamento, com prazo de vencimento final dia 15 de agosto de 2043, amortização e juros mensais, com o recebimento do valor de R\$ 300.000 ao custo de TAXA IPCA + 7,71% a.a., operação de swap com CDI + 0,36%.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor


Agnelo Coelho Neto
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO

GRUPO

equatorial
ENERGIA



Release de
Resultados
1T25

EQTL
B3 LISTED NM



Brasília, 14 de maio de 2025 – A Equatorial S.A., *holding multi-utilities*, com atuação nos segmentos de Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização, Serviços, Saneamento e Telecom (B3: EQTL3; USOTC: EQUYE), anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2025 (1T25).

EBITDA Consolidado Ajustado cresce 14,5%, R\$ 2,9 bilhões no período (vs. 1T24)

Enquadramento do DEC do Piauí e redução do PMSO são destaques do trimestre.

- **Qualidade da Operação** – Redução do **DEC no 1T25 vs 4T24**, na visão acumulada 12 meses, em todas as distribuidoras do grupo, com destaque para o enquadramento do DEC no nível regulatório da Equatorial Piauí e para a redução da CEEE-D (-3,2h).
- **Redução das perdas totais consolidadas**, estando abaixo do nível regulatório pelo sexto trimestre consecutivo.
- **PMSO Ajustado Consolidado** atingiu **R\$ 1.133 milhões**, redução de **3,9%** entre trimestres.
- **Equivalência Patrimonial** da Sabesp atingiu **R\$ 214 milhões** no trimestre.
- **Investimentos consolidados** totalizaram cerca de **R\$ 2,3 bilhões** no 1T25.
- Relação **Dívida Líquida / EBITDA consolidado** na visão *covenant*, encerrou o trimestre em **3,2x**.
- **Disponibilidade e Aplicações** do período atingiram **R\$ 11,2 bilhões**, com uma relação **Caixa / Dívida de curto prazo de 1,4x**.
- **Alienação** dos ativos de **transmissão** do grupo anunciada em 04 de abril, com um *enterprise value* de até **R\$ 9,4 bilhões**.
- Assinatura do contrato de **financiamento** com o **IFC** no dia 28 de março, no valor de **U\$ 100 milhões** para a **Equatorial Alagoas**.
- **Ingresso do grupo no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3**.

PRINCIPAIS MACROINDICADORES ¹

Destaques Financeiros	1T24	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional líquida (ROL)	9.898	11.709	18,3%	1.811
EBITDA ajustado (trimestral)	2.523	2.889	14,5%	366
<i>Margem EBITDA (%ROL)</i>	25,5%	24,7%	-0,8 p.p.	
EBITDA ajustado (12 meses)	8.849	11.454	29,4%	2.605
Lucro líquido ajustado	491	411	-16,4%	(81)
<i>Margem líquida (%ROL)</i>	5,0%	3,5%	-1,5 p.p.	
Investimentos	1.725	2.311	33,9%	585
Dívida líquida	36.694	44.071	20,1%	7.378
Dívida líquida/EBITDA (12m - Covenants)	3,3	3,2	-0,1x	
Disponibilidade / Dívida de curto prazo	2,2	1,4	-0,8x	

¹ EBITDA Ajustado líquido de efeitos não-recorrentes e efeito não caixa de VNR, IFRS e MtM.

Sumário

Sumário	3
DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO	5
MARGEM BRUTA AJUSTADA.....	6
CUSTOS E DESPESAS.....	7
EBITDA.....	8
RESULTADO FINANCEIRO	9
LUCRO LÍQUIDO.....	10
ENDIVIDAMENTO	11
INVESTIMENTOS.....	12
ESG (Environmental, Social and Governance)	13
DISTRIBUIÇÃO.....	14
DESEMPENHO COMERCIAL	14
DESEMPENHO OPERACIONAL	16
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	17
MARGEM BRUTA	17
DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR	18
EBITDA.....	20
EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA	21
RESULTADO FINANCEIRO	22
LUCRO LÍQUIDO.....	22
INVESTIMENTOS.....	22
TRANSMISSÃO	23
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	23
RENOVÁVEIS.....	25
DESEMPENHO OPERACIONAL	25
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	28
SANEAMENTO	31
DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL.....	31
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	31
EQUATORIAL SERVIÇOS	33
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	33
SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	34

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

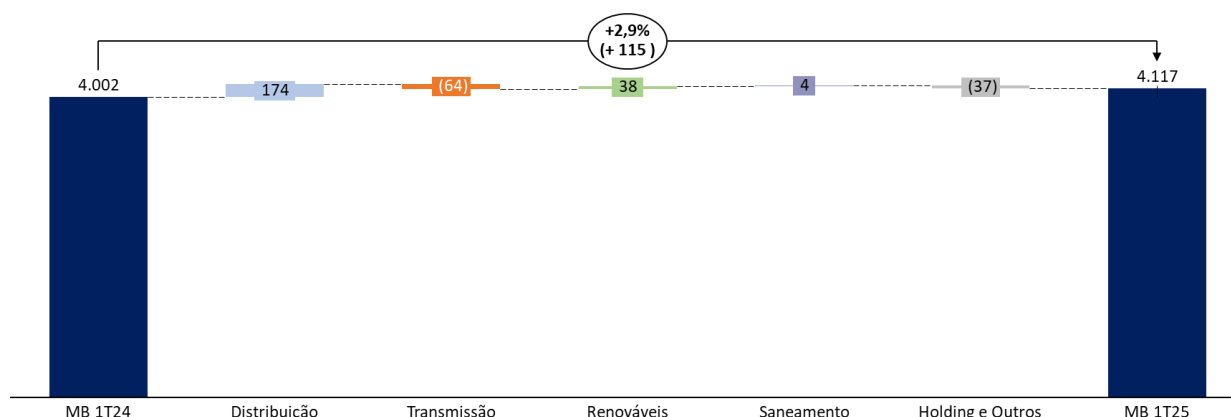
Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado de suas controladas diretas e indiretas e consideram o resultado dos ativos a partir de sua aquisição, exceto quando indicado o contrário para fins de comparabilidade.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados de controladas diretas e indiretas.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Demonstração de Resultado	1T24	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional bruta (ROB)	13.837	15.496	12,0%	1.658
Receita operacional líquida (ROL)	9.898	11.709	18,3%	1.811
Custo de energia elétrica	(5.704)	(7.208)	26,4%	(1.504)
Margem Bruta	4.194	4.501	7,3%	307
Margem Bruta Ajustada	4.002	4.117	2,9%	115
Custo e despesas operacionais	(1.484)	(1.211)	-18,4%	274
Outras receitas/despesas operacionais	(66)	(129)	95,1%	(63)
EBITDA	2.644	3.161	19,6%	517
EBITDA Ajustado	2.523	2.889	14,5%	366
Depreciação	(513)	(619)	20,8%	(106)
Amortização de ágio	(144)	(143)	-0,8%	1
Equivalencia patrimonial	-	214	N/A	214
Resultado do serviço (EBIT)	1.987	2.399	20,7%	412
Resultado financeiro	(1.276)	(1.455)	14,0%	(179)
Resultado financeiro ajustado	(1.231)	(1.509)	22,6%	(278)
Lucro antes da tributação (EBT)	711	945	32,8%	233
IR/CSLL	(132)	(239)	80,7%	(107)
Participações minoritárias	(300)	(150)	-50,0%	150
Lucro líquido Ex Minoritários	279	556	99,0%	277
Lucro líquido Ajustado	491	411	-16,4%	(81)
Investimentos	1.725	2.311	33,9%	585

MARGEM BRUTA AJUSTADA

De forma consolidada, a Margem Bruta ajustada do grupo Equatorial no 1T25 apresentou um crescimento de 2,9% em comparação ao 1T24, totalizando R\$ 4,1 bilhões, já excluindo os efeitos da receita de construção e os efeitos IFRS (VNR, IFRS 9 e MtM).

O resultado é explicado principalmente pelo aumento da margem bruta do segmento de Distribuição (R\$ 174 milhões), onde se destacam o crescimento da margem bruta Equatorial Goiás (R\$ 108 milhões). Vale ressaltar que a redução da margem no segmento de Transmissão (- R\$ 64 milhões) se dá, principalmente, pela venda da INTESA e da SPE 7, que tiveram suas alienações concluídas em março e dezembro de 2024, respectivamente.

Neste trimestre, a variação de mercado impactou a margem negativamente em R\$ 130 milhões, enquanto as variações de tarifa e o delta perdas adicionaram R\$ 354 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente.

É importante ressaltar os efeitos da contabilização do custo de compra de energia da geração distribuída começaram a ser contabilizados apenas no 4T24. Para uma comparação mais aderente da margem bruta ajustada, o valor do 1T24 deve ser ajustado com um custo de R\$ 46,9 milhões, que resultariam em uma variação entre trimestres de 3,4%, ou R\$ 134,8 milhões em uma visão consolidada.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes da Margem Bruta abertos por segmento:

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	1T25 Total
Receita Operacional	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-
Custos	18	-	27	-	-	45
Lançamentos Retroativos	18	-	-	-	-	18
Despesas O&M	-	-	27	-	-	27
Margem Bruta	18	-	27	-	-	45

Abaixo o detalhamento dos efeitos não recorrentes do período:

Custo do Serviço de Energia Elétrica:

- (i) *Lançamentos Retroativos (Alagoas): Ajustes realizados para ajustar neutralidade de acordo com a CP 09.*
- (ii) *Despesas O&M (Echo): Ajuste referente a reclassificação contábil de despesas de O&M para os custos. Este efeito também está presente no PMSO, em igual valor e sinal inverso.*

CUSTOS E DESPESAS

Custos Operacionais	1T24	Δ Distribuição	Δ Transmissão	Δ Renováveis	Δ Outros*	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Pessoal	310	14	(2)	7	3	332	7,1%	22
(+) Material	41	11	(1)	(0)	0	51	25,1%	10
(+) Serviço de terceiros	721	(60)	6	2	(11)	659	-8,6%	(62)
(+) Outros	133	2	(1)	(42)	(3)	88	-33,3%	(44)
(=) PMSO Reportado	1.204	(33)	3	(33)	(11)	1.130	-6,2%	(74)
<i>Ajustes</i>	(25)	-	-	-	-	3	-113,0%	28
PMSO Ajustado	1.179	(20)	(5)	(6)	(16)	1.133	-3,9%	(46)
(+) Provisões	266	(3)	-	-	19	282	5,7%	15
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	14	(1)	-	-	-	13	-7,3%	(1)
(+) Outras receitas/despesas operacionais	66	60	0	-	3	129	95,1%	63
(+) Depreciação e amortização	513	83	1	19	4	619	20,8%	106
Custos e Despesas Reportado	2.063	106	3	(14)	14	2.172	5,3%	109
IPCA (12 meses)				5,48%				
IGPM (12 meses)				8,58%				

*Inclui PPAs e Eliminações

O PMSO Ajustado apresentou uma redução de 3,9% no comparativo entre trimestres, de R\$ 1.179 milhões para R\$ 1.133 milhões. Como principais efeitos do PMSO Ajustado do trimestre, destacamos:

- (i) Redução de R\$ 20 milhões no segmento de Distribuição, reflexo da redução de PMSO na Equatorial Goiás;
- (ii) Redução de R\$ 16 milhões em Outros, explicado majoritariamente pela variação da Holding (despesas de Incentivo de Longo Prazo) e da Equatorial Serviços.

As explicações para os movimentos de cada segmento estão explicadas em suas respectivas seções no documento.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes dos custos e despesas, abertos por segmento:

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	1T25 Total
Custos e Despesas Operacionais	12	-	(27)	-	13	(3)
Pessoal	9	-	-	-	13	22
Material	2	-	-	-	-	2
Serviços de Terceiros	-	-	(27)	-	-	(27)
Outros	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Custos e Despesas	12	-	(27)	-	13	(3)

Abaixo o detalhamento dos efeitos não recorrentes:

Custos e Despesas Operacionais:

Pessoal

- (i) Pagamento de Bônus extraordinário fruto de aquisição recente (MA/PA/PI/AL & Holding) e rescisões de administradores.

Material

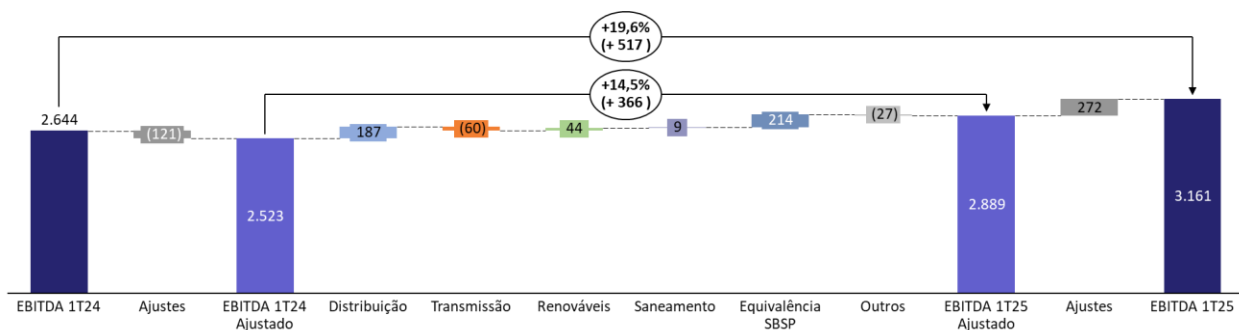
- (ii) Aquisição de materiais de EPI e EPC voltados para primarização (PA).

Serviços de Terceiros

- (iii) Despesas O&M (Echo): Ajuste referente a reclassificação contábil de despesas de O&M para os custos. Este efeito também está presente na margem bruta, em igual valor e sinal inverso.

Os efeitos individuais das distribuidoras podem ser visualizados na tabela de não recorrentes da seção de Distribuição.

EBITDA



O EBITDA reportado da Equatorial atingiu R\$ 3.161 milhões no 1T25, valor 19,6% superior ao 1T24.

Já o EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa alcançou R\$ 2.889 milhões, 14,5% superior ao mesmo período do ano anterior, ou R\$ 366 milhões superior, aumento explicado por: (i) efeito da equivalência patrimonial da SABESP, que no trimestre adicionou R\$ 214 milhões, (ii) aumento do segmento de distribuição, que no trimestre teve uma variação de R\$ 187 milhões, e (iii) aumento do segmento de renováveis em R\$ 44 milhões.

O EBITDA ajustado já contempla os ajustes não caixa e IFRS (VNR, IFRS 9 e MtM).

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA, conforme Instrução CVM 156/22:

EBITDA	1T24	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões				
EBITDA Equatorial Societário	2.644	3.161	19,6%	517
Ajustes EBITDA	(121)	(272)	124,8%	(151)
Não Recorrentes	117	156	33,4%	39
(-) IFRS 9 (Transmissão)	(33)	(54)	65,2%	(21)
(-) VNR	(201)	(344)	71,2%	(143)
(-) MtM	(5)	(31)	521,5%	(26)
EBITDA Equatorial Ajustado	2.523	2.889	14,5%	366
EBITDA Ajustado - Efeito GD Retroativo	2.476	2.889	16,7%	413
EBITDA Ajustado - Mesmos Ativos e GD Retroativo	2.424	2.635	8,7%	211

Na tabela acima também mostramos duas comparações: a comparação do EBITDA ajustado com o efeito retroativo do reconhecimento de custos da geração distribuída e a visão “mesmos ativos”, ajustando os efeitos da INTESA, SPE 7, Echo crescimento e equivalência Sabesp.

Os efeitos não-recorrentes que impactaram o EBITDA estão relacionados a seguir.

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	1T25 Total
Margem Bruta	18	-	27	-	-	45
Custos e Despesas	12	-	(27)	-	13	(3)
Sistemas Isolados	(12)	-	-	-	-	(12)
Outras receitas/despesas operacionais	128	-	-	-	-	128
Ajustes IFRS (VNR / IFRS 9 / MtM)	(344)	(54)	-	-	(31)	(429)
PPAs	-	-	-	-	(2)	(2)
Ajustes EBITDA	(198)	(54)	-	-	(20)	(272)

Os ajustes do EBITDA estão representados nas seções anteriores “Margem Bruta” e “Custos e Despesas”. Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro líquido	1T24	Δ Distribuição	Δ Transmissão	Δ Renováveis	Δ Outros	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Rendas Financeiras	295	111	11	7	(53)	372	25,8%	76
(+) Acréscimo Moratário - Venda de Energia	104	15	-	1	1	120	15,8%	16
(+) Encargos da dívida	(1.308)	(371)	16	(91)	(27)	(1.781)	36,2%	(473)
(+) Encargos CVA	(14)	5	-	-	-	(9)	-36,8%	5
(+) AVP - Comercial	24	(15)	-	-	-	9	-61,3%	(15)
(+) Contingências	(79)	8	-	-	-	(71)	-10,3%	8
(+) Outras Receitas / Despesas	(297)	(8)	1	(1)	211	(94)	-68,4%	203
Resultado financeiro	(1.276)	(255)	28	(85)	132	(1.455)	14,0%	(179)
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	(62)					-		
(-/+ Efeitos Não Caixa	107					(55)		
Resultado financeiro ajustado	(1.231)					(1.509)	22,6%	(278)

Neste trimestre não houve efeitos não recorrentes no resultado financeiro, apenas o efeito da atualização das ações PN na Equatorial Distribuição, no valor de R\$ 54,7 milhões positivos, refletido na linha de efeitos não caixa.

De forma consolidada, o resultado financeiro reportado da Companhia atingiu R\$ 1.455 milhões negativos contra R\$ 1.276 milhões negativos no 1T24, enquanto resultado financeiro ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa no 1T25 foi de R\$ 1.509 milhões negativos, 22,6% maior em relação ao 1T24. A piora no resultado financeiro do trimestre é explicada principalmente pelo crescimento da dívida bruta entre períodos (+ R\$ 7,5 bilhões, 23,0% maior entre períodos).

LUCRO LÍQUIDO

De forma consolidada, o lucro líquido do período foi de R\$ 706 milhões, enquanto o lucro líquido ajustado do período foi de R\$ 411 milhões.

Lucro Líquido Consolidado (R\$ Milhões)	1T24	1T25	Δ%	Δ
Distribuição	708	645	-9,0%	(63)
Transmissão	94	103	9,1%	9
Intesa	3	-	-100,0%	(3)
Echoenergia	(34)	(26)	-21,7%	7
Echo Crescimento	1	(71)	-11515,2%	(72)
Serviços	11	0	-99,4%	(11)
CSA	(57)	(59)	3,4%	(2)
PPAS	28	20	-28,3%	(8)
Holding + outros	(175)	96	-154,5%	271
(=) Lucro Líquido	579	706	21,9%	127
Ajustes Totais	(88)	(296)	235,7%	(208)
Ajustes Distribuição	6	67	1034,1%	61
Ajustes PPAS e Holding	(28)	(8)	-73,0%	21
Ajustes PNs - Não caixa	107	(55)	-151,3%	(161)
Ajustes IFRS (VNR, IFRS e MtM)	(172)	(300)	73,9%	(127)
(=) Lucro Líquido Equatorial Ajustado	491	411	-16,4%	(81)
(=) Lucro Líquido	579	706	21,9%	127
<i>(-) Participações Minoritárias</i>	<i>(300)</i>	<i>(150)</i>	<i>-50,0%</i>	<i>150</i>
(=) Lucro Líquido Ex Minoritários	279	556	99,0%	277

As participações minoritárias da companhia são afetadas pela atualização das ações PN emitidas na Equatorial Distribuição, e por isso não refletem a participação econômica existente na Equatorial. O Lucro Líquido Ex Minoritários, para uma visão mais aderente, deve levar em consideração: (i) as participações minoritárias das empresas do grupo, que no trimestre atingiram R\$ 55,9 milhões, e (ii) o valor da atualização das PNs por CDI, que no trimestre registrou R\$ 113,1 milhões. Efetuando esses ajustes, o Lucro líquido ex minoritários seria de R\$ 537,2 milhões.

É importante ressaltar que o lucro líquido ajustado inclui os ajustes não caixa referentes a atualização da opção de compra das ações preferenciais na Equatorial Distribuição. O efeito está mapeado dentro do resultado financeiro e reflete a composição dos ajustes do lucro.

Abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes e não caixa que impactaram o lucro da companhia:

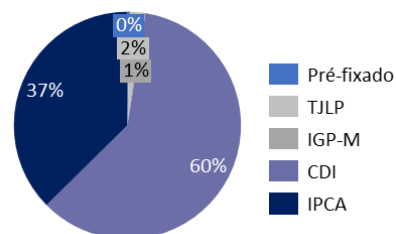
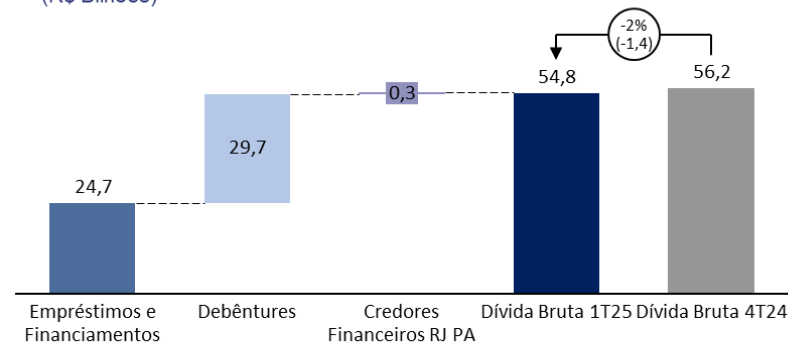
Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	1T25 Total
Ajustes EBITDA (Margem + Custos)	17	-	-	-	13	30
Impostos	49	-	-	-	-	49
PPAs	-	-	-	-	(20)	(20)
Ajuste PNs - Não caixa	-	-	-	-	(55)	(55)
<i>Ajustes IFRS (VNR / IFRS 9 / MtM) líquido de impostos</i>	<i>(227)</i>	<i>(53)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(21)</i>	<i>(300)</i>
Ajustes Totais Lucro Líquido	(160)	(53)	-	-	(83)	(296)

A linha de impostos ajusta o valor do trimestre para a incidência de impostos sobre o resultado recorrente, e a linha de Ajustes IFRS traz os efeitos não caixa já líquidos de impostos.

ENDIVIDAMENTO

No trimestre, a dívida bruta consolidada, considerando empréstimos e financiamentos, credores financeiros da recuperação judicial (líquido de ajuste a valor presente) e debêntures, atingiu R\$ 54,8 bilhões. Para abertura mais detalhada da dívida, visite o website de RI, na seção: Informações Financeiras – Dados Operacionais e Financeiros.

Build-up Dívida Bruta (R\$ Bilhões)



Build-up Dívida Líquida / EBITDA* Visão Covenants

Os covenants da Equatorial consideram o EBITDA 12m das aquisições da companhia e desconsidera parte das dívidas de RJ

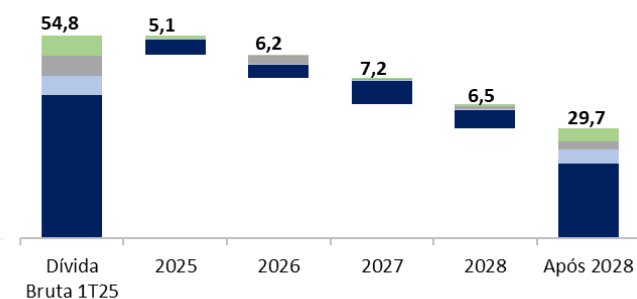
Build-up - Covenants	
Dívida Bruta	54,8
(-) Ajustes Covenants	- 0,5
(-) Disponibilidades	11,2
Dívida Líquida	44,1
EBITDA Covenants	13,6
Dívida líquida / EBITDA	3,2

Prazo e Custo Médio

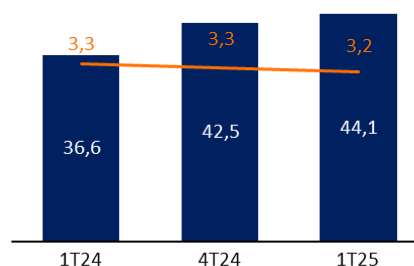
5,6 anos / 11,69% a.a.

Referente ao custo médio do passivo incorrido no período

Cronograma de Amortização (R\$ Bi)



Histórico Dívida Líquida / EBITDA Visão Covenants (R\$ Bi)



A dívida líquida apurada para fins de *covenants* atingiu R\$ 44,1 bilhões, implicando numa relação dívida líquida/EBITDA para fins de *covenants* de 3,2x. A abertura do quadro de *covenants* apresenta o EBITDA da Equatorial, além da equivalência patrimonial da participação de 15% na SABESP, ambos referentes aos últimos 12 meses e em uma visão *covenants*.

Vale ressaltar que, em uma visão de dívida líquida (excluindo o caixa da companhia da dívida atrelada ao CDI), a participação do CDI na dívida consolidada seria de 49,8%.

A cobertura de caixa com relação as obrigações de curto prazo da Companhia foi de 1,4x no 1T25.

Vale ressaltar que a redução da dívida bruta entre períodos reflete os seguintes pré pagamentos: (i) R\$ 750 milhões da 6ª emissão da Equatorial Pará, (ii) R\$ 312 milhões do pré pagamento da 9ª emissão da Equatorial Maranhão, e (iii) R\$ 1.500 milhões do pré pagamento parcial da nota comercial da Equatorial.

INVESTIMENTOS

Investimentos	1T24	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Distribuição	1.510	2.252	49%	742
Ativos elétricos	1.245	1.806	45%	561
Obrigações especiais	192	318	65%	126
Ativos não elétricos	73	129	77%	56
Transmissão	8	7	-20%	-2
Renováveis	183	8	-96%	-175
Ativos Operacionais	14	3	-76%	-11
Projetos em desenvolvimento	169	5	-	-164
Saneamento	20	35	73%	15
Outros	4	9	122%	5
Total Equatorial	1.725	2.311	34%	585

As informações relativas aos Investimentos realizados consideram 100% dos nossos ativos nos períodos reportados. Os novos ativos, são considerados a partir de suas respectivas consolidações.

No 1T25 os investimentos consolidados somaram R\$ 2,3 bilhões, volume 34% superior ao registrado no 1T24.

A variação dos investimentos entre trimestres é reflexo do aumento do volume investido no segmento de distribuição, em especial na linha de ativos elétricos, resultado dos investimentos em expansão, qualidade e perdas, enquanto o aumento de obrigações especiais se dá pelo maior número de obras voltadas para universalização.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

ESG (Environmental, Social and Governance)

O Grupo Equatorial iniciou 2025 com avanços relevantes em sua agenda ESG. A Companhia alcançou nota B no CDP (Carbon Disclosure Project), refletindo progressos consistentes na identificação e divulgação de riscos e impactos climáticos e no fortalecimento da governança ambiental. Esse desempenho demonstra uma gestão mais estruturada e proativa frente às mudanças climáticas, com ações concretas voltadas à mitigação de riscos e à identificação de oportunidades. Como reconhecimento desse avanço, o Grupo foi listado novamente na carteira 2024/2025 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores brasileira, alcançando a 23ª posição de 82 empresas listadas.

Outro marco relevante foi o anúncio da parceria estratégica com a IFC (International Finance Corporation), que prevê um investimento de até US\$ 250 milhões, sendo US\$ 100 milhões destinados a um empréstimo verde para a Equatorial Alagoas. Os recursos serão aplicados na modernização do sistema de distribuição de energia, contribuindo para a expansão da infraestrutura elétrica no Brasil e impulsionando o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável.

No trimestre, o Grupo Equatorial registrou o consumo de 257.770 litros de etanol em sua frota administrativa, o que representa um aumento de 446% em relação ao mesmo período de 2024. Esse avanço evidencia o compromisso da Companhia com a utilização de fontes de energia mais limpas, fortalecendo o uso de combustíveis renováveis em suas operações.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre, no quadro abaixo.

Indicadores ESG	Medida	1T24	1T25	Δ%
Ambiental				
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	47.185	257.770	446,3%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	0,40	0,36	-10,1%
# de Ligações em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente)	#	3.462	2.196	-36,6%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	14.071	29.359	108,6%
Social				
% de Mulheres no Grupo Equatorial Energia	%	36,2%	33,9%	-2,3p.p.
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	21,4%	22,3%	0,8p.p.
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	7,2%	6,8%	-0,4p.p.
% de Fornecedores Locais	%	45,9%	43,1%	-2,7p.p.
Investimentos Sociais	R\$ mil	9.833	270	-97,3%
TG Próprios	#	5	53	960,0%
TG Terceiros	#	799	320	-59,9%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	1	1	0,0%
Número de Acidentes com a População	#	10	9	-10,0%
Número de Unidades Consumidoras (UCs) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)	# mil	4.233	4.351	2,8%
Governança				
% de Conselheiros Independentes ¹	%	100,0%	86,0%	-14p.p.
% de Mulheres no Conselho	%	14,0%	14,0%	0,0%
% de Colaboradores Treinados na Trilha de Integridade	%	55,8%	97,9%	75,5%
Casos Registrados no Canal de Ética	#	166	168	1,2%

¹ - Considera composição atual

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

DISTRIBUIÇÃO

DESEMPENHO COMERCIAL

Dados Operacionais		1T24								1T25							
	Medida	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total
Energia Injetada SIN	GWh	2.316	3.471	1.211	1.463	2.834	468	4.476	16.239	2.259	3.366	1.157	1.375	3.037	418	4.370	15.982
Sistema isolado	GWh	0	62	-	-	-	13	-	75	0	69	-	-	-	13	-	83
Energia Injetada GD	GWh	140	197	146	112	121	13	383	1.111	205	299	217	180	161	24	550	1.636
Energia Injetada Total	GWh	2.456	3.730	1.357	1.575	2.954	494	4.859	17.425	2.464	3.735	1.374	1.555	3.197	455	4.921	17.701
<i>Δ Injetada Total (%)</i>	%									0,3%	0,1%	1,2%	-1,3%	8,2%	-7,8%	1,3%	1,6%
Residencial - convencional	GWh	693	753	305	327	891	99	1.385	4.454	688	711	301	318	957	101	1.385	4.460
Residencial - baixa renda	GWh	422	447	205	179	127	86	248	1.714	422	428	199	193	153	79	264	1.738
Industrial	GWh	31	74	17	23	49	7	86	288	27	53	13	17	39	8	66	223
Comercial	GWh	146	314	125	135	421	61	432	1.633	126	261	106	118	394	48	389	1.442
Outros	GWh	360	376	202	240	396	40	726	2.340	354	359	205	180	382	38	650	2.169
Consumidores Cativos	GWh	1.652	1.964	854	906	1.884	293	2.877	10.428	1.616	1.812	824	826	1.925	275	2.754	10.033
Industrial	GWh	111	354	32	170	271	2	908	1.848	107	353	38	181	288	4	975	1.945
Comercial	GWh	127	210	62	85	250	13	188	935	142	246	72	98	299	19	247	1.123
Outros	GWh	7	32	18	5	32	4	36	133	9	34	20	46	79	4	47	239
Consumidores livres	GWh	245	596	112	260	552	19	1.132	2.916	257	633	130	325	665	27	1.270	3.307
Energia de Conexão - outras Ds	GWh	2	4	43	5	17	0	6	77	4	8	44	3	23	0	3	85
Energia Faturada	GWh	1.899	2.563	1.009	1.171	2.453	312	4.014	13.421	1.878	2.453	998	1.154	2.613	302	4.027	13.425
<i>Δ Faturada (%)</i>	%									-1,1%	-4,3%	-1,1%	-1,4%	6,5%	-3,2%	0,3%	0,0%
SCEE - GD II e III	GWh	19	-	22	19	5	-	42	107	54	104	57	43	30	4	130	422
Energia Faturada + Energia Compensada	GWh	1.918	2.563	1.031	1.190	2.458	312	4.057	13.528	1.931	2.557	1.055	1.197	2.643	306	4.157	13.847
<i>Δ Faturada + Compensada (%)</i>	%									0,7%	-0,3%	2,4%	0,6%	7,5%	-1,9%	2,5%	2,4%
SCEE - GDI	GWh	101	168	100	69	99	11	278	825	114	133	109	85	98	16	297	852
Energia Distribuída	GWh	2.019	2.731	1.130	1.259	2.557	323	4.334	14.353	2.045	2.689	1.165	1.282	2.741	323	4.454	14.699
<i>Δ Distribuída (%)</i>	%									1,3%	-1,5%	3,1%	1,8%	7,2%	-0,1%	2,8%	2,4%
Número de Consumidores	MIL	2.744	3.002	1.512	1.361	1.933	224	3.371	14.149	2.799	3.045	1.547	1.398	1.971	264	3.453	14.477
<i>Δ Número de Consumidores (%)</i>	%									2,0%	1,4%	2,3%	2,7%	1,9%	17,7%	2,4%	2,3%
Perdas totais	GWh	437	999	227	316	398	171	525	3.072	419	1.046	209	273	456	133	466	3.002
<i>Δ Perdas (%)</i>	%									-4,1%	4,6%	-8,0%	-13,6%	14,7%	-22,3%	-11,1%	-2,3%

PERDAS (12 meses)

Distribuidoras	1T24	4T24	1T25	Regulatório 1T25 LTM	Δ 1T24	Δ 4T24	Δ Regulatório	Regulatório 1T25 Homologado
Consolidado	18,2%	17,5%	17,4%	18,3%	-0,8%	-0,2%	-0,9%	18,4%
Equatorial Maranhão	18,2%	17,9%	17,7%	17,4%	-0,5%	-0,2%	0,2%	17,5%
Equatorial Pará	27,2%	28,2%	28,5%	28,4%	1,3%	0,3%	0,1%	28,5%
Equatorial Piauí	18,1%	17,4%	17,1%	19,6%	-1,0%	-0,4%	-2,5%	19,5%
Equatorial Alagoas	18,6%	16,9%	16,2%	18,1%	-2,4%	-0,7%	-1,8%	17,8%
CEEE-D	12,4%	12,3%	12,6%	11,3%	0,1%	0,3%	1,2%	11,4%
CEA ¹	39,2%	33,5%	32,3%	33,6%	-6,9%	-1,2%	-1,3%	33,7%
Equatorial Goiás	11,7%	9,9%	9,6%	12,4%	-2,1%	-0,3%	-2,8%	12,5%

¹Em relação à cobertura tarifária para compra de energia da CEA, cumpre destacar que além do valor usual implícito no nível de perdas regulatórias, na REH 3.430, de 10 de dezembro de 2024, a Anel homologou o valor de adicional R\$ 69,8 milhões, a ser recebido em 12 parcelas, referente ao parágrafo único do art. 4º b da lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009. este mecanismo complementar, previsto em lei, se extingue no processo tarifário de 2026, e o montante de energia associado é reduzido gradativamente 25% a cada ano.

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO (12 meses)

A seguir, apresentamos a expectativa do nível de contratação das distribuidoras para o ano de 2025 na visão com e sem ajustes decorrentes da sobrecontratação involuntária.

2025	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO
% de contratação	104,50%	103,19%	103,40%	110,42%	100,99%	110,52%	104,57%
% desconsiderando involuntária	104,50%	103,19%	103,40%	109,34%	100,99%	101,92%	104,57%

PECLD e ARRECADAÇÃO - TRIMESTRE

PECLD / ROB ¹	1T24	1T25	Δ	Arrecadação - IAR	1T24	1T25	Δ
Equatorial Maranhão	2,02%	1,68%	-0,34 p.p.	Equatorial Maranhão	95,44%	97,69%	2,25 p.p.
Equatorial Pará	2,49%	2,21%	-0,29 p.p.	Equatorial Pará	95,98%	96,67%	0,69 p.p.
Equatorial Piauí	2,17%	2,66%	0,49 p.p.	Equatorial Piauí	96,65%	99,27%	2,62 p.p.
Equatorial Alagoas	1,34%	1,83%	0,48 p.p.	Equatorial Alagoas	97,38%	98,95%	1,57 p.p.
CEEE-D	2,28%	1,87%	-0,41 p.p.	CEEE-D	95,36%	94,71%	-0,65 p.p.
CEA	3,41%	2,94%	-0,47 p.p.	CEA	99,18%	93,44%	-5,74 p.p.
Equatorial Goiás	0,37%	0,58%	0,21 p.p.	Equatorial Goiás	98,16%	100,58%	2,42 p.p.
Consolidado	1,72%	1,66%	-0,07 p.p.	Consolidado	96,62%	97,85%	1,23 p.p.

¹ Desconsidera Receita de Construção.

De maneira consolidada, a PECLD do grupo atingiu 1,66% da ROB contra 1,72% no 1T24. O trimestre conta com reduções no indicador em todas as empresas, com exceção das concessões de Piauí, onde a piora é reflexo do envelhecimento de faturas do poder público, e Alagoas que foi impactada pelo escorregamento de faturas referentes ao 4T24 e maior envelhecimento das classes residencial, rural e poder público.

Observando a Arrecadação do trimestre, a piora pontual na CEEE-D reflete a mobilização de equipes de cobrança para atendimento emergencial, enquanto a piora da CEA reflete a paralização de cobrança devido a troca de sistema comercial que ocorreu no 1T25, além da postergação de pagamentos de clientes do poder público.

A arrecadação das companhias finalizou o trimestre em um patamar consolidado de 97,9%, com destaque para o nível de arrecadação da Equatorial Goiás (100,6%).

DESEMPENHO OPERACIONAL**DEC e FEC (12 meses)**

Distribuidoras	1T24	4T24	1T25	Regulatório	Δ 1T24	Δ 4T24	Δ Regulatório
DEC							
Equatorial Maranhão	13,8	13,4	12,5	13,8	-1,3	-0,9	-1,3
Equatorial Pará	17,1	19,4	18,9	21,5	1,8	-0,5	-2,6
Equatorial Piauí	23,4	21,0	18,1	19,2	-5,4	-3,0	-1,1
Equatorial Alagoas	17,3	19,9	17,9	14,8	0,5	-2,0	3,0
CEEE-D	18,9	18,8	15,7	8,2	-3,2	-3,1	7,5
CEA	31,4	34,5	33,5	46,0	2,1	-1,0	-12,5
Equatorial Goiás	20,7	15,9	14,9	11,2	-5,8	-1,0	3,7
FEC							
Equatorial Maranhão	6,1	5,8	5,3	7,9	-0,8	-0,6	-2,6
Equatorial Pará	8,0	8,0	7,6	15,8	-0,4	-0,4	-8,2
Equatorial Piauí	8,7	7,2	6,4	12,2	-2,3	-0,8	-5,8
Equatorial Alagoas	7,1	6,6	6,1	11,8	-0,9	-0,5	-5,7
CEEE-D	7,7	7,3	6,3	5,8	-1,4	-1,0	0,5
CEA	14,1	14,4	14,2	30,7	0,1	-0,3	-16,6
Equatorial Goiás	10,4	7,6	7,1	7,4	-3,3	-0,5	-0,3

O nível da qualidade do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC² e FEC³, ambos no período de 12 meses.

Neste trimestre destacamos a redução do DEC em todas as distribuidoras do grupo vs o 4T24 e o enquadramento pela primeira vez desde a aquisição da Equatorial Piauí do DEC no limite regulatório.

As maiores variações no DEC vs 4T24 foram em nossas concessões do Rio Grande do Sul, do Piauí, de Alagoas, do Amapá e de Goiás em -3,1h, -3,0h e -2,0h, -1,0h e -1,0h, respectivamente. No comparativo com o 1T24, destacamos as reduções da Equatorial Goiás (-5,8h), Equatorial Piauí (-5,4h), CEEE-D (-3,2h) e Equatorial Maranhão (-1,3h).

As reduções nas empresas refletem a assertividade do processo de manutenção como também os investimentos realizados no período.

Atualmente, quatro das sete concessões da Equatorial estão dentro do limite regulatório do DEC, e seis das sete concessões estão enquadradas dentro do limite regulatório do FEC.

² Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor - indica a duração média das interrupções, em horas por cliente por período

³ Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - indica a frequência das interrupções de fornecimento, em número de interrupções por cliente por período

DESEMPENHO FINANCEIRO

MARGEM BRUTA

Análise da receita	1T24								1T25								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
(+) Vendas as classes	1.376	2.208	847	872	1.477	248	2.401	9.428	1.327	1.972	794	810	1.564	264	2.495	9.226	-2%
Renda Não Faturada	8	(6)	(6)	19	55	1	25	95	(25)	(24)	(12)	7	84	(4)	65	92	-3%
(+) Ult. de demanda / reativo excedente	(4)	(12)	(4)	(5)	(9)	(1)	(15)	(49)	(5)	(11)	(3)	(4)	(10)	(1)	(17)	(51)	4%
(+) Outras receitas	285	568	146	186	282	27	470	1.962	348	689	169	205	354	69	583	2.417	23%
Subvenção baixa renda	92	120	56	50	16	10	44	388	92	118	53	52	19	11	48	395	2%
Subvenção CDE outros	31	140	17	38	46	3	89	364	54	206	44	53	55	31	148	590	62%
CDE Geração Distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A
Uso da rede	53	135	35	67	152	9	236	687	55	149	37	71	193	15	275	796	16%
Atualização ativo financeiro	61	101	3	4	10	0	22	201	101	152	6	5	38	3	39	344	71%
Bandeira Tarifária	6	7	3	3	6	1	-	26	7	9	4	4	7	4	-	34	31%
Multa por atraso de pagamento	16	24	9	8	8	(0)	23	88	16	24	10	8	9	3	24	93	6%
(+) Outras receitas operacionais	27	41	23	17	44	3	54	209	23	31	16	12	33	3	49	166	-20%
Outras Receitas (Parcela B)	14	21	7	6	26	2	27	103	13	20	8	6	25	2	33	107	4%
(+) Suprimento	0	1	5	2	10	6	39	63	12	20	6	8	23	17	40	127	102%
(+) Valores a receber de parcela A	0	(76)	13	(87)	(11)	53	201	93	71	26	37	(75)	(67)	55	247	295	216%
(+) Receita de construção	220	521	132	99	127	88	352	1.539	307	720	190	160	308	82	486	2.252	46%
(=) Receita operacional bruta	1.877	3.209	1.138	1.068	1.876	420	3.447	13.036	2.060	3.416	1.193	1.103	2.172	486	3.834	14.265	9%
(+) Deduções à receita	(527)	(815)	(340)	(347)	(596)	(112)	(1.128)	(3.863)	(528)	(721)	(315)	(290)	(610)	(104)	(1.105)	(3.674)	-5%
PIS/COFINS/ICMS/ISS	(408)	(633)	(257)	(232)	(361)	(68)	(653)	(2.612)	(414)	(562)	(247)	(231)	(382)	(85)	(664)	(2.584)	-1%
Compensações Indicadores de Qualidade	(7)	(10)	(7)	(5)	(24)	(2)	(88)	(143)	(8)	(14)	(11)	(1)	(22)	(2)	(55)	(112)	-21%
Demais Deduções (CDE e Encargos)	(112)	(172)	(76)	(109)	(211)	(42)	(386)	(1.109)	(107)	(146)	(57)	(58)	(205)	(18)	(387)	(977)	-12%
(=) Receita operacional líquida	1.351	2.394	798	721	1.280	309	2.320	9.173	1.532	2.695	879	813	1.562	382	2.729	10.592	15%
(-) Receita de construção	(220)	(521)	(132)	(99)	(127)	(88)	(352)	(1.539)	(307)	(720)	(190)	(160)	(308)	(82)	(486)	(2.252)	46%
(=) Receita operac. líq. sem rec.de construção	1.131	1.874	666	622	1.153	221	1.968	7.635	1.226	1.975	688	653	1.254	300	2.243	8.340	9%
(-) Energia comprada e transporte e Encargos	(573)	(867)	(334)	(327)	(733)	(120)	(1.102)	(4.055)	(625)	(937)	(350)	(370)	(769)	(145)	(1.217)	(4.414)	9%
(=) Margem Bruta	558	1.007	333	296	420	101	866	3.580	600	1.038	338	283	485	155	1.026	3.926	10%
(+) Não-Recorrentes	-	-	-	-	-	12	34	46	-	-	-	18	-	-	-	18	-62%
(-) VNR	(61)	(101)	(3)	(4)	(10)	(0)	(22)	(201)	(101)	(152)	(6)	(5)	(38)	(3)	(39)	(344)	71%
(=) Margem Bruta Ajustada	497	906	330	292	409	112	878	3.425	499	886	333	296	447	152	986	3.600	5%
<i>Δ% Margem Bruta Ajustada</i>									0,5%	-2,2%	0,9%	1,4%	9,2%	35,5%	12,3%	5,1%	

No 1T25, a Margem Bruta ajustada das distribuidoras ex-VNR alcançou R\$ 3,6 bilhões, 5% maior do que o mesmo período do ano anterior, ou R\$ 174,5 milhões.

DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR

Custos Operacionais	1T24									1T25									Δ%
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total			
R\$ milhões																			
(+) Pessoal	45	48	17	15	30	10	60	224	64	52	16	26	29	10	40	238	6%		
(+) Material	5	5	2	2	2	0	17	33	5	9	3	5	3	3	17	45	34%		
(+) Serviço de terceiros	124	112	72	52	108	25	253	746	105	118	71	40	112	22	218	686	-8%		
(+) Outros	6	7	3	2	9	0	20	46	9	8	4	3	8	1	15	47	4%		
(=) PMSO Reportado	178	171	93	71	149	36	350	1.049	182	188	94	75	151	36	290	1.016	-3%		
Ajustes	(3)	-	(2)	-	(13)	-	(6)	(25)	(4)	(6)	(1)	(1)	-	-	(12)	(53)	-53%		
PMSO Ajustado	175	171	91	71	136	36	344	1.024	178	182	93	74	151	36	290	1.004	-2%		
PECLD e perdas	34	67	22	13	40	11	11	198	30	59	27	17	35	12	19	199	1%		
% Receita bruta (s/ receita de construção)	2,0%	2,5%	2,2%	1,3%	2,3%	3,4%	0,4%	1,7%	1,7%	2,2%	2,7%	1,8%	1,9%	2,9%	0,6%	1,7%			
Provisões - contingências	4	5	1	3	21	1	13	48	3	5	2	3	15	0	17	46	-4%		
Provisões - FUNAC	-	-	-	-	-	-	34	34	-	-	-	-	-	-	31	31	-8%		
(+) Provisões	38	72	23	16	61	12	59	280	33	64	28	21	50	12	68	277	-1%		
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	-	13	-	-	-	1	-	14	(13)	22	-	-	-	3	-	13	-7%		
(+) Outras receitas/despesas operacionais	17	14	14	6	19	(3)	1	68	31	17	8	6	(14)	1	78	128	88%		
(+) Depreciação e amortização	70	115	38	32	35	10	154	454	97	112	49	36	46	15	182	536	18%		
(=) Custos e despesas gerenciáveis	303	385	168	125	264	56	564	1.864	330	404	179	137	234	68	618	1.970	6%		
PMSO Ajustado/Consumidor (12m)	248	234	244	207	302	604	348	278	255	236	247	213	298	526	347	279			
Δ% PMSO por Consumidor									2,7%	0,7%	1,1%	2,8%	-1,3%	-13,0%	-0,2%	0,4%			

MARANHÃO

No comparativo entre trimestres, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, cresceu 2,7%, totalizando R\$ 255. O PMSO ajustado do período totalizou R\$ 178 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

As Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (**PECLD**) atingiram R\$ 30 milhões no 1T25, redução de 12% vs 1T24 e representam 1,7% da ROB.

PARÁ

No 1T25, o PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 236, em linha com o 1T24, enquanto o PMSO ajustado alcançou R\$ 182 milhões, cerca de 6,3% acima do 1T24.

O aumento na linha de **Serviços de Terceiros** é resultado do aumento de serviços de cobrança e de atendimentos para clientes no trimestre.

No 1T25, a **PECLD** alcançou R\$ 59 milhões, 11,2% abaixo do 1T24, representando 2,2% da ROB.

PIAUI

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 247, um aumento de 1,1% contra o 1T24. O PMSO ajustado do trimestre apresentou um aumento de 2,3%, ou R\$ 2 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A **PECLD** do trimestre foi de R\$ 27 milhões, 2,7% da ROB, valor impactado pelo envelhecimento da dívida com o poder público.

ALAGOAS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 213, 2,8% maior que o 1T24, enquanto o PMSO ajustado apresentou um aumento de 4,3%, ou R\$ 3 milhões, valor abaixo da inflação do período.

Apesar da pequena variação entre trimestres, é possível notar uma migração de despesas da linha de Serviços de Terceiros para a linha de **Pessoal**, reflexo do processo de primarização realizado na concessão.

Em Alagoas, as Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (**PECLD**) do trimestre atingiram R\$ 17 milhões, 1,8% da ROB.

CEEE-D

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 298, uma redução de 1,3%. O PMSO ajustado do período apresentou um aumento de 11,0%.

O aumento do PMSO no período vem principalmente da linha de **Serviços de Terceiros**, e se dá, principalmente, pela mobilização adicional de equipes para plantões e emergências, além do maior montante de serviços voltados para limpeza de faixa e poda.

A **PECLD/ROB** do período atingiu 1,9%, ou R\$ 35 milhões.

CEA

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 526, valor 13,0% menor que o mesmo período do ano anterior, refletindo a maior base de clientes do trimestre. O PMSO ajustado da CEA foi de R\$ 36 milhões, em linha com o 1T24.

No 1T24 a **PECLD** atingiu R\$ 12 milhões e representa 2,9% da ROB.

GOIÁS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 347 no 1T25, resultado 0,2% menor que o 1T24. O PMSO ajustado foi de R\$ 290 milhões, 15,7% abaixo do 1T24.

A redução do PMSO ocorre em duas linhas: (i) Na linha de **Pessoal** (R\$ 20 milhões), onde a variação é diretamente impactada pela redução do salário médio da empresa entre períodos, além do menor montante de pagamentos referentes a periculosidade e horas extras no período, e (ii) Na rubrica **Serviços de Terceiros** (R\$ 36 milhões), onde a redução é reflexo do menor montante de ocorrências no trimestre, além da renegociação dos preços de contratos com equipes terceirizadas.

No 1T25 a **PECLD** registrou R\$ 19 milhões negativos, ou 0,6% da ROB.

EBITDA

Recomposição EBITDA	1T24								1T25								Δ%
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	
(+) Resultado do Exercício	155	430	65	106	33	(22)	(59)	708	142	393	47	56	(3)	8	2	645	-9,0%
(+) Impostos sobre o Lucro	38	95	10	17	(49)	(0)	(19)	91	35	93	7	28	-	2	(25)	140	53,6%
(+) Resultado Financeiro	62	97	90	49	172	67	379	916	93	147	106	62	255	77	431	1.171	27,8%
(+) Depreciação e Amortização	70	115	38	32	35	10	154	454	97	112	49	36	46	15	182	536	18,3%
(=) EBITDA societário (CVM)*	325	737	203	203	191	55	456	2.169	367	746	208	182	297	102	590	2.492	15%
Ajustes Totais	(41)	(87)	13	3	22	9	20	(62)	(78)	(128)	4	19	(52)	(1)	38	(198)	221,2%
(+) Outras receitas/despesas operacionais	17	14	14	6	19	(3)	1	68	31	17	8	6	(14)	1	78	128	87,5%
(+) Impactos Margem Bruta	-	-	-	-	-	12	34	46	-	-	-	18	-	-	-	18	-61,6%
(+) Sistemas Isolados	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)	N/A
(+) Ajustes de PMSO	3	-	2	-	13	-	6	25	4	6	1	1	-	-	-	12	-53,3%
(+) Ajustes Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A
(-) VNR	(61)	(101)	(3)	(4)	(10)	(0)	(22)	(201)	(101)	(152)	(6)	(5)	(38)	(3)	(39)	(344)	71,2%
(=) EBITDA societário ajustado	284	650	216	205	212	64	476	2.107	289	617	212	202	245	101	628	2.294	9%
									1,8%	-5,1%	-2,2%	-1,7%	15,5%	57,9%	32,2%	8,9%	

MARANHÃO

No 1T25, o EBITDA ajustado por VNR e efeitos não recorrentes atingiu R\$ 289 milhões, 1,8% maior que o 1T24, ou R\$ 5,0 milhões.

A margem bruta ajustada do trimestre registrou crescimento de R\$ 2,3 milhões e foi parcialmente compensada pela variação do PMSO ajustado do período (- R\$ 1,6 milhões).

As provisões e contingências apresentaram uma melhora de R\$ 4,8 milhões no período.

PARÁ

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes do Pará atingiu R\$ 617 milhões, uma redução de 5,1%, ou R\$ 33,0 milhões.

A margem bruta do período teve uma redução de R\$ 20,4 milhões, fruto da redução de mercado (R\$ 46 milhões) e aumento de perdas (R\$ 17 milhões), efeitos parcialmente compensados pela variação positiva da tarifa fio-b (R\$ 54 milhões). O PMSO ajustado do período apresentou uma variação de R\$ 11,1 milhões.

A linha de provisões do período apresentou uma melhora de R\$ 7,5 milhões entre trimestres, valor compensado pelo aumento das despesas com sistemas isolados em R\$ 9,4 milhões no período.

PIAUI

No Piauí, o EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa atingiu R\$ 212 milhões, 2,2% menor, ou R\$ 4,7 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

As linhas de margem bruta, PMSO e contingências variaram em R\$ 2,8 milhões, -R\$ 2,1 milhões e -R\$ 5,4 milhões, respectivamente.

ALAGOAS

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes de Alagoas atingiu R\$ 202 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

CEEE-D

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR do Rio Grande do Sul atingiu R\$ 245 milhões no trimestre, 15,5% maior que o 1T24, ou R\$ 33,0 milhões.

A margem bruta da CEEE-D apresentou um crescimento de R\$ 37,5 milhões, fruto do forte aumento do mercado no 1T25.

O PMSO do período apresentou um aumento de R\$ 14,9 milhões, enquanto as provisões e contingências do período apresentaram uma melhora de R\$ 10,4 milhões.

CEA

O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 101 milhões, 57,9% maior que o mesmo período do ano anterior, ou R\$ 36,8 milhões.

A margem bruta da CEA cresceu R\$ 39,9 milhões, refletindo principalmente a expressiva melhora de perdas entre períodos.

Os aumentos nas linhas de PMSO, provisões e contingências e despesas de sistemas isolados foram de R\$ 0,4 milhões, R\$ 0,2 milhões e R\$ 2,4 milhões, respectivamente.

GOIÁS

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR da Equatorial Goiás atingiu R\$ 628,4 milhões, 32,2% maior que o mesmo período do ano anterior.

O aumento da margem (R\$ 108,2 milhões) reflete principalmente a melhora de perdas no período. Já o PMSO do ajustado do período apresentou uma melhora de R\$ 53,8 milhões e da PECLD e provisões variaram negativamente em R\$ 9,2 milhões.

EFETOS NÃO RECORRENTES EBITDA

Não Recorrentes	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	1T25 Total
Receita Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	-	18	-	-	-	18
Lançamentos Retroativos	-	-	-	18	-	-	-	18
Margem Bruta	-	-	-	18	-	-	-	18
Custos e Despesas Operacionais	4	6	1	1	-	-	-	12
Pessoal	4	4	1	1	-	-	-	9
Material	-	2	-	-	-	-	-	2
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos e Despesas	4	6	1	1	-	-	-	12
Sistemas Isolados	(12)							(12)
Outras receitas/despesas operacionais	31	17	8	6	(14)	1	78	128
VNR	(101)	(152)	(6)	(5)	(38)	(3)	(39)	(344)
Ajustes EBITDA	(78)	(128)	4	19	(52)	(1)	38	(198)

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro líquido	1T24									1T25									Δ%
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total			
R\$ milhões																			
(+) Rendas Financeiras	23	35	20	7	32	10	23	151	44	92	23	24	24	23	32	262	73,6%		
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	19	34	11	7	14	3	16	104	19	36	13	10	23	2	15	118	14,2%		
(+) Encargos da dívida	(86)	(154)	(105)	(52)	(138)	(64)	(324)	(925)	(135)	(247)	(127)	(77)	(189)	(95)	(426)	(1.296)	40,1%		
(+) Encargos CVA	(8)	(0)	(3)	1	17	0	(21)	(14)	(7)	(4)	0	(3)	5	5	(5)	(9)	-36,8%		
(+) AVP - Comercial	1	9	1	2	6	3	1	24	0	0	1	1	3	6	(2)	9	-61,3%		
(+) Contingências	(2)	(4)	(4)	(5)	(38)	(4)	(22)	(79)	(3)	(3)	(0)	(4)	(32)	(2)	(26)	(71)	-10,3%		
(+) Outras Receitas / Despesas	(9)	(16)	(11)	(8)	(65)	(15)	(52)	(176)	(11)	(22)	(16)	(13)	(89)	(15)	(19)	(184)	4,7%		
Resultado financeiro	(62)	(97)	(90)	(49)	(172)	(67)	(379)	(916)	(93)	(147)	(106)	(62)	(255)	(77)	(431)	(1.171)	27,8%		
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	-	-	-	(72)	-	9	(62)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Resultado financeiro ajustado	(62)	(97)	(90)	(49)	(244)	(67)	(370)	(979)	(93)	(147)	(106)	(62)	(255)	(77)	(431)	(1.171)	19,6%		
	Δ%								49,9%	51,6%	17,7%	27,6%	4,6%	15,3%	16,3%	19,6%			

LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido	1T24									1T25									Δ%
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total			
R\$ milhões																			
(+) Lucro Líquido	155	430	65	106	33	(22)	(59)	708	142	393	47	56	(3)	8	2	645	-9%		
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	3	-	2	-	13	12	41	71	(8)	6	1	18	-	-	-	17	-75,5%		
(+) Efeito IR e CSLL	(1)	-	(1)	-	20	(4)	(17)	(2)	16	19	(0)	14	-	-	-	49	-2127,8%		
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	(72)	-	9	(62)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%		
(+) VNR Líquido de IR e CSLL	(40)	(67)	(2)	(2)	(7)	(0)	(15)	(132)	(67)	(100)	(4)	(3)	(25)	(2)	(26)	(227)	71,2%		
(=) Lucro Líquido Ajustado	118	363	65	103	(13)	(14)	(41)	582	84	318	44	85	(29)	6	(24)	485	-17%		
	Δ%								-29,0%	-12,5%	-32,0%	-17,6%	124,7%	-141,4%	-41,8%	-16,7%			

INVESTIMENTOS

Investimentos Distribuidoras	1T24									1T25									Δ%
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total			
R\$ milhões																			
Ativos elétricos	207	350	104	90	114	57	323	1.245	275	433	161	151	287	51	448	1.806	45,0%		
Obrigações especiais	6	160	23	1	3	28	-	192	11	253	19	2	-	24	8	318	65,4%		
Ativos não elétricos	8	10	5	8	10	3	29	73	20	34	11	7	21	7	30	129	76,6%		
Total	220	521	132	99	127	88	323	1.510	307	720	190	160	308	82	486	2.252	49%		
	Δ%								39,3%	38,2%	44,2%	61,2%	142,7%	-6,7%	50,2%	49,1%			

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

TRANSMISSÃO**DESEMPENHO FINANCEIRO *4**

DRE Regulatória - R\$ milhões	1T24	1T25	Δ%	Δ
Receita líquida	303	265	-12,5%	(38)
Custos e despesas operacionais	(18)	(18)	0,7%	(0)
EBITDA Regulatório	285	247	-13,3%	(38)
Margem EBITDA	94,0%	93,1%	-1,0%	N/A
Depreciação / amortização	(110)	(107)	-2,6%	3
Resultado do serviço (EBIT)	175	140	-20,0%	(35)
Resultado financeiro	175	140	-20,0%	(35)
Impostos	(109)	(81)	-25,9%	28
Lucro Líquido	240	199	-17,4%	(42)
Endividamento	1T24	1T25	Δ%	Δ
Dívida Bruta	5.865	4.961	-15,4%	(904)
Dívida Líquida	4.687	3.471	-25,9%	(1.216)
Disponibilidades	1.178	1.490	26,5%	312

*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrutura)

** Informações regulatórias não revisadas pelos auditores independentes.

O resultado regulatório do 1T25 trouxe uma receita líquida de R\$ 264,9 milhões, uma redução de 12,5% em relação ao 1T24, em função da alienação da SPE 7.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 18,2 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

O EBITDA regulatório atingiu R\$ 246,7 milhões, com uma margem EBITDA de 93,1%.

Vale ressaltar que, em uma visão mesmos ativos (excluindo a SPE 7 do 1T24), o EBITDA do 1T24 seria de R\$ 256,6 milhões, e a variação do EBITDA entre trimestres seria de -3,9%, reflexo da maior parcela variável no trimestre.

⁴ Resultado da tabela já desconsidera a INTESA no 1T24

Na tabela abaixo, apresentamos a demonstração do resultado do segmento de transmissão, do societário para o regulatório, das SPEs consolidadas pela Equatorial Transmissão.

Demonstração do resultado (R\$ mil)	1T24 Regulatório	Ajustes	1T24 Societário	1T25 Regulatório	Ajustes	1T25 Societário
Receita operacional	337.095	(310.778)	383.881	295.017	60.473	355.490
Transmissão de energia	337.095	-	337.095	295.017	-	295.017
Receita de Operação e Manutenção	-	20.220	20.220	-	30.409	30.409
Receita de construção	-	6.097	6.097	-	-	-
Atualização ativo de contrato em serviço	-	-	357.564	-	325.081	325.081
Deduções da receita operacional	(34.464)	(564)	(35.028)	(30.126)	0	(30.125)
Receita operacional líquida	302.631	46.222	348.853	264.891	60.473	325.364
Margem Bruta Operacional	302.631	46.222	348.853	264.891	60.473	325.364
Custo/despesa operacional	(18.028)	(8.234)	(26.262)	(18.159)	(6.566)	(24.724)
Pessoal	(8.953)	0	(8.952)	(7.742)	0	(7.742)
Material	(377)	52	(325)	(157)	0	(157)
Serviço de terceiros	(7.432)	(56)	(7.488)	(9.495)	(0)	(9.496)
Custo de construção	-	(8.249)	(8.249)	-	(6.547)	(6.547)
Outros	(1.267)	55	(1.212)	(764)	(0)	(764)
Provisões	-	(36)	(36,22)	-	-	-
Outras despesas não operacionais	-	-	-	-	(19)	(19)
EBITDA	284.603	37.988	322.591	246.733	53.907	300.640
Depreciação e amortização	(109.905)	38.570	71.336	(106.994)	35.143	(71.851)
Equivalencia patrimonial	-	-	-	-	-	(1.169)
Resultado do serviço	174.697	76.558	251.255	139.738	89.050	227.620
Resultado financeiro	(108.987)	0	(108.987)	(80.789)	(0)	(80.789)
Receitas financeiras	53.329	0	53.329	59.838	4	59.842
Despesas financeiras	(162.316)	0	162.316	(140.627)	(4)	(140.631)
Resultado antes do imposto de renda	65.710	76.558	142.268	58.949	87.881	146.831
Imposto de renda e contribuição social	(50.451)	12.368	38.083	(8.984)	(31.981)	(40.965)
Subvenção do imposto de renda	-	28.666	28.666	-	31.981	31.981
Impostos diferidos	41.035	(79.901)	38.866	-	(35.340)	(35.340)
Resultado do exercício	56.294	37.691	93.985	49.965	52.542	102.507

RENOVÁVEIS

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO

Dados Operacionais - Portfólio	1T24	1T25	Δ%	1T24 Ex Curtailment	1T25 Ex Curtailment	Δ% Ex Curtailment
Energia Gerada Líquida (GWh)*	818,5	1.169,0	42,8%	841,1	1.338,6	59,2%
Energia Gerada Líquida (GWh) - 12 meses*	4.129,6	4.913,2	19,0%	4.555,6	6.225,6	36,7%
Disponibilidade Técnica Ajustada ¹ (12 meses)**	96,0%	95,4%	-0,6 p.p.	96,0%	95,4%	-0,6 p.p.

* Valores medidos no centro de gravidade / ** Aplica-se o ajuste no indicador pois os períodos de indisponibilidade sobre efeitos de penalidades de contratos de O&M são considerados como disponíveis.

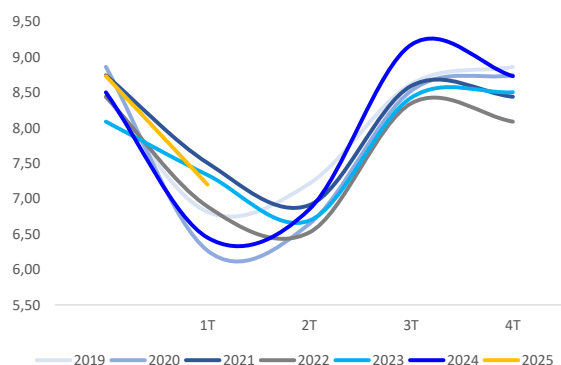
As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [clique aqui](#).

Abaixo, destacamos as principais variações entre os períodos para os parques eólicos e solares:

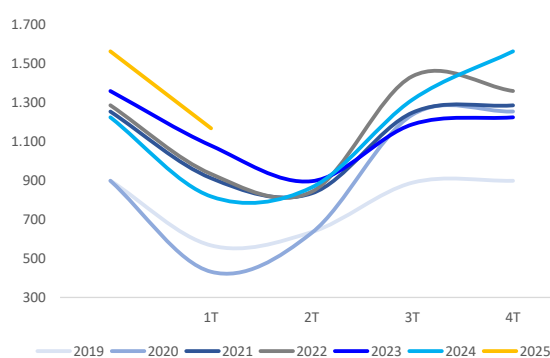
Complexos Eólicos	Geração (GWh)				Vento (m/s)			
	1T24	1T25	Δ%	Δ	1T24	1T25	Δ%	Δ
Ventos de Tianguá	117,4	101,4	-13,6%	-16,0	6,8	7,3	7,5%	0,5
Serra do Mel 1 e 2	299,9	384,8	28,3%	84,9	6,2	7,0	12,5%	0,8
Echo 1, 2, 4 e 5	207,6	256,0	23,3%	48,4	6,4	7,5	16,2%	1,0
Ventos de São Clemente	193,6	179,1	-7,5%	-14,5	6,8	7,2	6,0%	0,4
Portfólio Eólico	818,5	921,3	12,6%	102,8	6,5	7,2	11,7%	0,8

Complexos Solares	Geração (GWh)				Irradiância Média (W/m ²)			
	1T24	1T25	Δ%	Δ	1T24	1T25	Δ%	Δ
Ribeiro Gonçalves	-	71,7	-	-	-	227,5	-	-
Barreiras	-	176,0	-	-	-	296,4	-	-
Portfólio Solar	-	247,7	-	-	-	269,6	-	-

MÉDIA DOS VENTOS - PORTFÓLIO EÓLICO (m/s)

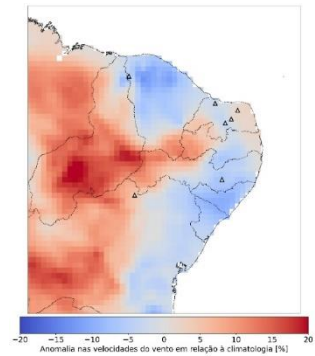


GERAÇÃO TOTAL - PORTFÓLIO EÓLICO (GWh)



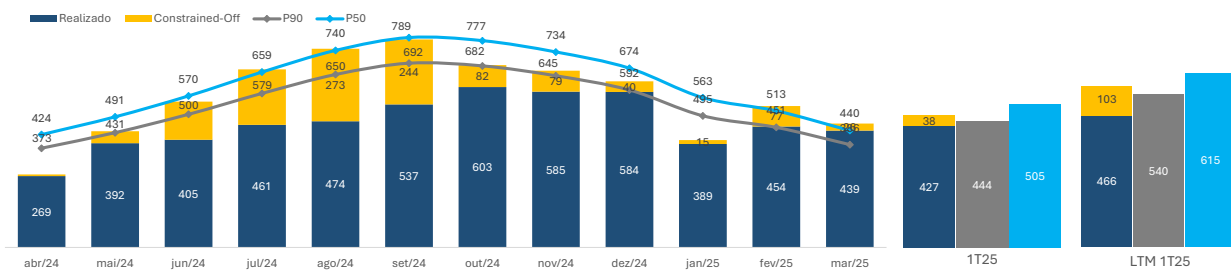
O 1T25 foi marcado por velocidades de vento dentro da média climatológica na maior parte do Nordeste, sendo que em algumas áreas dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia que registraram anomalias positivas. Em comparação com o 1T24, a velocidade média dos ventos nos complexos da Echoenergia apresentou um aumento de 11,7%, isso se deve porque alguns parques apresentaram um recurso eólico acima da média climatológica.

A figura ao lado ilustra as anomalias de vento no 1T25 em relação à média de longo prazo, evidenciando o impacto climático positivo em alguns dos complexos da Echoenergia. Com isso, os resultados deste trimestre foram mais próximos ao P50 do que os observados no 1T24.

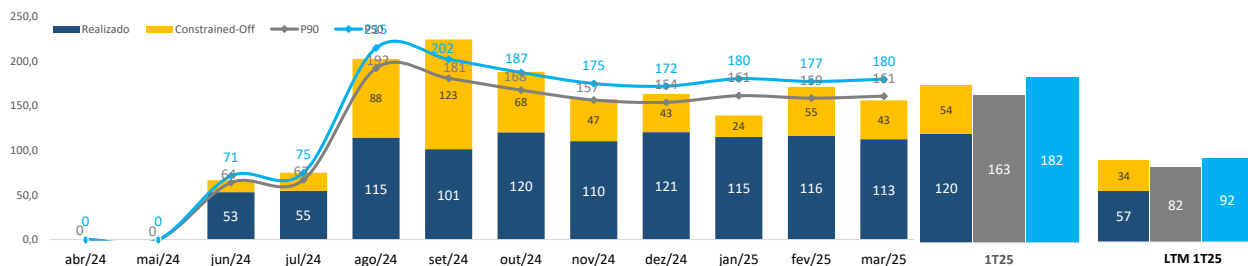


Os gráficos a seguir apresentam a geração de energia eólica e solar da Echoenergia nos últimos meses e a visão para o 1T25, comparando-a com os valores de P50 e P90 anual revisados pela empresa no início de 2024. Vale destacar que essas estimativas de produção de energia são consideradas robustas, pois os estudos foram elaborados utilizando metodologias consolidadas no mercado e tem como base dados operacionais para todos os complexos.

Ativos Eólicos Echoenergia - Geração realizada e variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWm)



Ativos Solares Echoenergia - Geração realizada e variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWm)



¹ Os valores apresentados consideram apenas meses de operação plena, ou seja, do mês subsequente ao COD de cada usina em diante.

CONSTRAINED-OFF

Após a ocorrência, em 15 de agosto de 2023, que resultou no desligamento parcial do Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou modificações no modo de operação do sistema que ocasionaram restrições significativas de geração (conhecidas como "*constrained-off*") para os agentes de geração de energia renovável no Nordeste. Entre as modificações, destaca-se a redução dos limites de exportação de energia do Nordeste para o Sudeste/Centro-Oeste e o Norte. Historicamente, até a data da ocorrência, a Echoenergia havia experimentado impactos limitados e, portanto, desprezíveis, devido ao *constrained-off*. No entanto, após a data da ocorrência, a empresa foi afetada principalmente em seus projetos eólicos de Serra do Mel e Tianguá e solares de Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

No 1T25, as perdas de energia totalizaram 169,7 GWh (12,7%), com maior relevância para o parque eólico de Serra do Mel com 30,3 GWh (7,1%) e para os parques solares de Barreiras e Ribeiro Gonçalves, com 47,9 GWh (20,9%) e 39,2 GWh (34,8%) respectivamente. Apesar disso, é importante mencionar que a partir de meados do segundo semestre de 2024, o ONS implementou mudanças nos critérios de controle, novas linhas de transmissão entraram em operação e houve o avanço no atendimento dos requisitos da RAP pelos agentes. Adicionalmente, é válido destacar que em março deste ano, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) instituiu o grupo de trabalho para atuação conjunta entre o MME, ANEEL, EPE, ONS e CCEE, com objetivo de propor medidas de planejamento, regulatórias e operacionais para mitigar os cortes de geração. Por fim, a Echoenergia tem trabalhado ativamente em colaboração com as associações do setor para minimizar o impacto do *constrained-off* em seu portfólio.

DESEMPENHO FINANCEIRO

DRE	Echo Participações				Echo Crescimento			
	1T24	1T25	Δ%	Δ	1T24	1T25	Δ%	Δ
Receita Líquida	201,6	220,9	9,6%	19,3	4,4	96,3	N/A	91,9
(-) Compra de Energia	(6,2)	(18,0)	188,5%	(11,8)	(4,3)	(33,0)	N/A	(28,7)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	(0,1)	0,1	N/A	0,2
Lucro Bruto de Energia	195,4	202,9	3,9%	7,5	(0,0)	63,4	N/A	63,4
Custos e Despesas Operacionais	(80,5)	(84,0)	4,4%	(3,5)	0,7	(23,2)	N/A	(23,8)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(72,4)	(72,1)	-0,4%	0,3	(0,0)	(18,8)	N/A	(18,8)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(8,1)	(11,9)	46,8%	(3,8)	0,7	(4,4)	N/A	(5,1)
EBITDA	114,9	118,9	3,5%	4,0	0,7	40,3	N/A	39,6
Margem EBITDA (%)	57,0%	53,8%	-3,2p.p.	N/A	15,1%	41,8%	26,7p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes)	-	-	N/A	-	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	0,1	(0,1)	-258,9%	(0,2)
EBITDA Ajustado	114,9	118,9	3,5%	4,0	0,7	40,1	N/A	39,4
Margem EBITDA Ajustada (%)	57,0%	53,8%	-3,2p.p.	N/A	108,3%	-173,3%	N/A	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,2)	(65,0)	-0,4%	0,2	(0,0)	(19,4)	N/A	(19,4)
(+/-) Resultado Financeiro	(72,3)	(68,0)	-5,9%	4,3	0,1	(89,0)	N/A	(89,1)
(-) Impostos	(11,1)	(12,3)	11,1%	(1,2)	(0,2)	(3,4)	N/A	(3,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(33,7)	(26,4)	-21,7%	7,3	0,6	(71,5)	N/A	(72,1)
Margem Líquida (%)	-16,7%	-11,9%	4,8p.p.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)			
	1T24	1T25	Δ%	Δ
Receita Líquida	206,0	317,2	54,0%	111,2
(-) Compra de Energia	(10,6)	(51,0)	383,1%	(40,4)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	0,1	-258,9%	0,2
Lucro Bruto de Energia	195,4	266,3	36,3%	71,0
Custos e Despesas Operacionais	(79,8)	(107,2)	34,3%	(27,4)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(72,4)	(90,9)	25,6%	(18,5)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(7,4)	(16,3)	119,5%	(8,9)
EBITDA	115,6	159,2	37,7%	43,6
Margem EBITDA (%)	56,1%	50,2%	-5,9p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes)	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	(0,1)	-258,9%	(0,2)
EBITDA Ajustado	115,7	159,1	37,5%	43,4
Margem EBITDA Ajustada (%)	56,1%	50,1%	-6p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,2)	(84,4)	29,3%	(19,1)
(+/-) Resultado Financeiro	(72,2)	(157,0)	117,5%	(84,8)
(-) Impostos	(11,2)	(15,7)	39,6%	(4,4)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(33,1)	(97,8)	196,0%	(64,8)
Margem Líquida (%)	-16,0%	-30,8%	-14,8p.p.	N/A

LUCRO BRUTO DE ENERGIA - ECHOENERGIA

O Lucro Bruto de Energia da Echoenergia foi de R\$ 266,3 milhões no 1T25, um aumento de 36,3% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 71,0 milhões. O aumento é explicado principalmente pelo início das operações dos complexos solares, cujo Lucro Bruto de Energia apurado foi de R\$ 63,4 milhões. O Lucro Bruto de Energia dos ativos eólicos foi de R\$ 202,9 milhões no 1T25, crescimento de 3,9% ou R\$ 7,5 milhões frente ao 1T24.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - ECHOENERGIA

Os custos e despesas operacionais da Echoenergia totalizaram R\$ 107,2 milhões no 1T25, um aumento de 34,3%, ou R\$ 27,4 milhões comparado ao 1T24. O aumento é explicado pelo início das operações dos complexos solares de Echo Crescimento, cujos custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 23,2 milhões no período. Os custos e despesas operacionais de Echo Participações, que concentra as usinas eólicas da companhia, foi de R\$ 84,0 milhões no 1T25, crescimento de 4,4% ou R\$ 3,5 milhões frente ao 1T24. Dessa forma, as principais variações decorrem de:

- Aumento dos **encargos de transmissão** em R\$ 13,5 milhões devido a entrada em operação dos ativos solares;
- Aumento das despesas com **pessoal** em R\$ 8,0 milhões, reflexo do aumento de quadro para as operações solares e do reajuste de salário ocorrido entre períodos;
- Aumento de despesas com **seguros** para os ativos solares em R\$ 1,9 milhões;
- Aumento de **outras despesas** em R\$ 3,0 milhões.

Vale ressaltar que a redução de PMSO observada na seção consolidada do documento é reflexo da reclassificação de contas de encargos de transmissão, compra de energia e contas de O&M, mas que quando observamos o conjunto de linhas de custos e despesas operacionais, os custos e despesas permaneceram e linha com o mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO - ECHOENERGIA

O resultado financeiro registrado no 1T25 foi de R\$ 157,0 milhões negativos, valor R\$ 84,8 milhões pior quando comparado com o 1T24, reflexo das despesas financeiras do financiamento dos parques solares, que não estavam em operação no 1T24.

PROFORMA – ECHOENERGIA + EQUATORIAL RENOVÁVEIS

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão proforma combinando o resultado da Equatorial Renováveis S.A. (antiga Solenergias), veículo de comercialização do grupo, o qual é atualmente consolidado, na visão societária, sob a Equatorial Serviços.

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)				EQTL Renováveis			
	1T24	1T25	Δ%	Δ	1T24	1T25	Δ%	Δ
Receita Líquida	206,0	317,2	54,0%	111,2	68,9	379,1	450,0%	310,2
(-) Compra de Energia	(10,6)	(51,0)	383,1%	(40,4)	(61,8)	(393,9)	537,9%	(332,2)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	0,1	-258,9%	0,2	5,1	28,2	453,0%	23,1
Lucro Bruto de Energia	195,4	266,3	36,3%	71,0	12,3	13,3	8,7%	1,1
Custos e Despesas Operacionais	(79,8)	(107,2)	34,3%	(27,4)	(5,3)	(10,6)	99,6%	(5,3)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(72,4)	(90,9)	25,6%	(18,5)	(0,3)	(9,5)	2787,1%	(9,2)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(7,4)	(16,3)	119,5%	(8,9)	(5,0)	(1,0)	-79,4%	3,9
EBITDA	115,6	159,2	37,7%	43,6	7,0	2,8	-60,3%	(4,2)
Margem EBITDA (%)	56,1%	50,2%	-5,9p.p.	N/A	10,1%	0,7%	-9,4p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	-	-	N/A	-	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	(0,1)	-258,9%	(0,2)	(5,1)	(28,2)	453,0%	(23,1)
EBITDA Ajustado	115,7	159,1	37,5%	43,4	1,9	(25,4)	-1454,2%	(27,3)
Margem EBITDA Ajustada (%)	56,1%	50,1%	-6p.p.	N/A	2,7%	-6,7%	-9,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,2)	(84,4)	29,3%	(19,1)	(0,0)	(0,1)	734,6%	(0,1)
(+/-) Resultado Financeiro	(72,2)	(157,0)	117,5%	(84,8)	0,1	(0,2)	-268,7%	(0,4)
(-) Impostos	(11,2)	(15,7)	39,6%	(4,4)	(2,6)	(8,4)	220,6%	(5,8)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(33,1)	(97,8)	196,0%	(64,8)	4,5	(6,0)	-233,2%	(10,4)
Margem Líquida (%)	-16,0%	-30,8%	-14,8p.p.	N/A	6,5%	-1,6%	-8,1p.p.	N/A

DRE	Proforma (Echoenergia + EQTL Renováveis)			
	1T24	1T25	Δ%	Δ
Receita Líquida	274,9	696,3	153,3%	421,4
(-) Compra de Energia	(72,3)	(444,9)	515,3%	(372,6)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	5,0	28,3	464,0%	23,3
Lucro Bruto de Energia	207,6	279,7	34,7%	72,0
Custos e Despesas Operacionais	(85,1)	(117,7)	38,4%	(32,6)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(72,7)	(100,4)	38,1%	(27,7)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(12,4)	(17,3)	39,8%	(4,9)
EBITDA	122,5	161,9	32,2%	39,4
Margem EBITDA (%)	44,6%	23,3%	-21,3p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(5,0)	(28,3)	464,0%	(23,3)
EBITDA Ajustado	117,5	133,7	13,7%	16,1
Margem EBITDA Ajustada (%)	42,8%	19,2%	-23,6p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,2)	(84,4)	29,4%	(19,2)
(+/-) Resultado Financeiro	(72,0)	(157,2)	118,3%	(85,2)
(-) Impostos	(13,9)	(24,1)	73,8%	(10,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(28,6)	(103,8)	263,1%	(75,2)
Margem Líquida (%)	-10,4%	-14,9%	-4,5p.p.	N/A

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

SANEAMENTO**DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL**

Indicadores Operacionais - Água	1T24	4T24	1T25	Δ% vs 1T24	Δ% vs 4T24
Economias faturadas (mil)	80,7	95,4	99,1	22,7%	3,8%
Volume Faturado (mil m ³)	4.964,7	5.484,8	5.405,5	8,9%	-1,4%
Índice de cobertura (%)	42,0%	63,5%	66,4%	24,4 p.p.	2,9 p.p.
Índice de Perda da Distribuição (%)	60,2%	63,2%	63,2%	3 p.p.	0 p.p.
Indicadores Operacionais - Esgoto	1T24	4T24	1T25	Δ% vs 1T24	Δ% vs 4T24
Economias faturadas (mil)	10,9	18,9	18,7	71,1%	-0,9%
Volume Faturado (mil m ³)	589,2	1.013,7	1.008,5	71,2%	-0,5%
Índice de cobertura (%)	8,0%	14,7%	15,0%	7 p.p.	0,3 p.p.

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

DESEMPENHO FINANCEIRO

Demonstração de Resultado	1T24	1T25	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional	42,8	62,0	44,7%	19,2
Abastecimento de água e serviços de esgoto	21,8	25,6	17,2%	3,8
Receita de construção	20,2	35,3	74,9%	15,1
Outras receitas	0,8	1,1	36,0%	0,3
Deduções à receita operacional	(2,1)	(2,5)	18,5%	-0,4
Receita operacional líquida	40,8	59,5	46,1%	18,8
Custos de construção	(20,2)	(35,3)	74,9%	-15,1
Custo da Operação	(26,0)	(20,5)	-20,9%	5,4
Pessoal	(8,5)	(4,7)	-44,0%	3,7
Material	(2,3)	(2,5)	7,1%	-0,2
Serviços de terceiros	(3,4)	(4,0)	18,7%	-0,6
PDD/Provisões	(8,1)	(6,0)	-25,2%	2,0
Outros	(3,5)	(3,9)	10,4%	-0,4
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(0,3)	0,6	-315,8%	0,8
EBITDA	(5,4)	3,7	-168,4%	9,1
Depreciação e amortização	(0,5)	(0,8)	57,8%	-0,3
Resultado financeiro	(44,3)	(55,0)	24,2%	-10,7
Receita financeira	3,0	1,3	-57,4%	-1,7
Despesa financeira	(47,3)	(56,3)	19,1%	-9,0
Tributos	-	-	N/A	0,0
Resultado do exercício	(50,2)	(52,1)	3,8%	-1,9

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 4T24, a receita operacional líquida da CSA atingiu R\$ 59,5 milhões, um aumento de 46% em relação ao 1T24. Desconsiderando a receita de construção, o crescimento foi de R\$ 3,7 milhões ou 17,8%. O aumento da receita reflete o avanço da hidrometração entre períodos, que aumenta a tarifa média e, por consequência, o faturamento, além do aumento de clientes tanto de água (+18 mil) como de esgoto (+8 mil).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O PMSO do período atingiu R\$ 15,1 milhões, 15% menor que o mesmo período do ano anterior, ou R\$ 2,6 milhões.

A PECLD no trimestre atingiu R\$ 6,0 milhões, valor R\$ 2,0 milhões melhor que o mesmo período do ano anterior. Os índices de PECLD/ROB desconsiderando a receita de construção são de 22,6% no 1T25 e 35,6% no 1T24 (-13,0 p.p.).

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T24, o resultado financeiro foi de R\$ 55,0 milhões, valor R\$ 10,7 milhões pior em relação ao 1T24, impacto da menor disponibilidade no período, refletida nas receitas financeiras e do maior estoque de dívida no período.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)

EQUATORIAL SERVIÇOS

Demonstração de Resultado	1724	1725	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional Bruta	186,2	539,3	189,6%	353,1
Deduções	(23,3)	(62,0)	166,2%	(38,7)
Receita operacional líquida	163,0	477,4	192,9%	314,4
Custos Operacionais	(65,3)	(395,6)	505,6%	(330,3)
Despesas Operacionais	(67,7)	(58,1)	-14,2%	9,6
EBITDA	30,0	23,7	-20,8%	(6,3)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>18,4%</i>	<i>5,0%</i>	<i>-73,0%</i>	
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(5,0)	(31,2)	521,5%	(26,2)
EBITDA Ajustado	25,0	(7,4)	-129,7%	(32,4)
Depreciação e Amortização	(2,7)	(6,1)	127,8%	(3,4)
Resultado do serviço (EBIT)	27,3	17,6	-35,5%	(9,7)
Resultado financeiro	(4,9)	(2,7)	-45,0%	2,2
Equivalencia	-	1,2	N/A	1,2
Tributos	(11,1)	(16,0)	44,6%	(4,9)
Lucro Líquido	11,3	0,1	-99,4%	(11,2)

DESEMPENHO FINANCEIRO

As variações da receita e dos custos da Equatorial Serviços vem, principalmente, da comercializadora do grupo, que negocia os contratos de energia dos projetos solares de Ribeiro Gonçalves e Barreiras I, e por isso possuem uma maior receita de vendas e um maior custo de compra de energia no período.

O EBITDA do período foi de R\$ 23,8 milhões, enquanto o EBITDA Ajustado foi de -R\$ 7,4 milhões.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, a Companhia não contratou da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., seu auditor externo, para outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais; ii) informações financeiras pro-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)